



ACADEMIA MILITAR

O Apoio do Exército à Proteção e Salvaguarda de Pessoas e Bens.

Estudo de Caso – Incêndios Rurais de 2017

Autor: Aspirante a Oficial de Infantaria Stephane Louro Ferreira

**Orientador: Major de Administração Militar José Augusto de Sousa
Silveira**

Coorientador: Major de Infantaria João Carlos Gonçalves dos Reis

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2019



ACADEMIA MILITAR

O Apoio do Exército à Proteção e Salvaguarda de Pessoas e Bens.

Estudo de Caso – Incêndios Rurais de 2017

Autor: Aspirante a Oficial de Infantaria Stephane Louro Ferreira

**Orientador: Major de Administração Militar José Augusto de Sousa
Silveira**

Coorientador: Major de Infantaria João Carlos Gonçalves dos Reis

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2019

EPÍGRAFE

Se quisermos que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas, jamais devemos perder os seguintes fatores: a doutrina, o tempo, o espaço, o comando, a disciplina.

Sun Tzu

DEDICATÓRIA

À minha família e
A todos que combatem os incêndios.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a intervenção de inúmeras pessoas que sempre me apoiaram durante a concretização do mesmo.

Inicialmente e acima de tudo agradecer aos meus pais Dorinda Ferreira e Ventura Ferreira, os pilares que sempre me conduziram e apoiaram nas minhas decisões, fico-lhes eternamente agradecido, tornaram-me na pessoa que sou hoje em dia.

Agradecer ao meu irmão Patrick que sempre foi e será o meu farol, é um exemplo que sempre vou querer seguir, sempre me apoiou e esteve presente nos momentos mais difíceis.

Agradeço também à minha namorada Catarina Silva pela paciência, ajuda nas alturas complicadas deste percurso de formação e trabalho e pelos esforços a que se predispõe por mim.

Um agradecimento especial a quem me apoiou e orientou nesta missão, ao orientador Major de Administração Militar José Silveira e ao coorientador Major de Infantaria João Reis que sempre se disponibilizaram e me apoiaram na realização deste trabalho, tornando-se em dois pilares importantíssimos na concretização deste trabalho.

Ao diretor de curso Tenente Coronel de Infantaria Jorge Ribeiro que desde o início se mostrou disponível e sempre procurou ajudar dentro do seu alcance, desde a preocupação pela realização do trabalho até à divulgação de eventos que foram uma mais-valia para a investigação.

Agradecer também a todos os entrevistados, que despendendo do seu tempo familiar ou de serviço me ajudaram, transmitindo importantes contributos e informações, ao Comandante de Agrupamento Distrital Miguel Cruz, ao Coronel de Infantaria Martins Lavado, ao Coronel de Artilharia César Reis, ao Major de Engenharia Militar Sérgio Trindade, ao Major de Pessoal e Secretariado Paulo Alves, ao Major Técnico de Transporte Manuel Cordeiro, ao Major de Infantaria Hugo Ferreira, ao Tenente de Cavalaria João Mateus e ao Tenente de Engenharia Militar Bruno Poça.

Um agradecimento reforçado ao Major Trindade e ao Major Alves que sempre se mostraram interessados e disponíveis para esclarecer qualquer dúvida e para fornecer informação.

Um agradecimento especial ao Comandante Operacional de Agrupamento Distrital Luís Belo Costa, que sem motivo ou razão de obrigação, se disponibilizou para me apoiar na realização desta investigação.

Dedico também uma palavra de apreço e carinho, a todos os meus camaradas do Curso Tenente General de Artilharia e Engenheiro Mor Luís Serrão Pimentel, em especial aos meus irmãos do curso de Infantaria com quem tive o prazer, o privilégio e a honra de conviver durante estes 5 anos, muitas memórias levo no coração de todos vocês.

O mais profundo agradecimento também a todos que contribuíram para a minha formação ao longo destes 5 anos.

A todos o meu muito OBRIGADO!

RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada analisa o papel e a intervenção do Exército Português no âmbito dos incêndios rurais mais marcantes de 2017.

A investigação segue uma metodologia de natureza qualitativa e estratégia estudo de caso. O estudo de caso incluiu diversas fontes de recolha de dados como entrevistas, observação e análise de documentos institucionais para a triangulação e corroboração.

O Exército participa e colabora com os meios e recursos disponíveis em diversas ações, nas quais se incluem a vigilância, a prevenção, a deteção, o rescaldo e a vigilância pós-incêndio.

Em 2017 constataram-se lacunas e problemas diretamente relacionados com a falta de viaturas e equipamentos, dificuldades comunicacionais, o desgaste físico e psicológico dos militares que participaram nestas ações, aos quais acresceram problemas ao nível da formação e do planeamento de interações com outras atividades do Exército. Desde então, o Exército tem procurado implementar melhorias e boas práticas.

Conclui-se que, atualmente, o Exército encontra-se melhor equipado e preparado para estas ações, facto que resulta das melhorias introduzidas nos processos de comunicação e coordenação com os diferentes agentes de proteção civil, do incremento e melhoria da formação dos militares e da realização de exercícios e treinos conjuntos. O Exército está assim mais capacitado para proteger e salvaguardar pessoas e bens.

Palavras – chave: incêndios rurais; formação; recursos; comunicação; exercícios

ABSTRACT

The present Research project analyzes the role and intervention of the Portuguese Army in the context of the most striking rural fires of 2017.

The research follows a qualitative methodology and a case study strategy. The case study included several data sources, including interviews, observation and analysis of institutional documents for triangulation and corroboration.

The Army participates and collaborates with the available means and resources in various actions, namely surveillance, prevention, detection, aftermath operations and post-fire information.

In 2017, there were gaps and problems, directly related to the lack of vehicles and equipment, communication difficulties, the physical and psychological exhaustion of the military personnel who participated in the actions, which added problems in the training and planning of interactions with other Army activities. Since then, the Army has sought to implement improvements and best practices.

It is concluded that, currently, the Army is better equipped and prepared for these actions, as a result of the improvements introduced in the communication and coordination processes with the different civil protection agents, of increasing and improving the training of the military and performing exercises and joint exercises. The Army is thus better able to protect and safeguard people and property.

Keywords: Wildfires; training; resources; communication; exercises

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE TABELAS	x
LISTA DE APÊNDICES	xi
LISTA DE ANEXOS.....	xii
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1 A Floresta Portuguesa.....	5
1.2 Alterações climáticas	6
1.3 Causas dos incêndios rurais.....	7
1.4 Incêndios rurais	9
1.5 Incêndios rurais em 2017	11
1.6 Resposta aos incêndios	13
1.7 O Exército como agente de Proteção Civil	14
1.8 O Exército no apoio aos incêndios de 2017	17
1.9 Medidas contra os incêndios rurais	18
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA.....	20
2.1 Metodologia.....	20
2.2 Método	21

2.3 Fontes de recolha de dados	22
2.4 Análise de dados	24
2.5 Validade e fiabilidade.....	25
CAPÍTULO 3 – DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	27
3.1 A importância dos meios para o apoio ao combate aos incêndios	29
3.2 Apostar nas comunicações	32
3.3 O impacto dos efetivos nas operações	33
3.4 O desgaste das operações de apoio aos incêndios rurais.....	34
3.5 A sincronização dos pedidos	35
3.6 O conhecimento das capacidades	36
3.7 As melhorias na formação	37
3.8 As vantagens do treino	39
3.9 O correto emprego dos meios	39
3.10 A relevância do comando e controlo	40
3.11 O planeamento como prevenção	41
3.12 As boas práticas já empregues	43
3.13 O futuro das missões de proteção civil	44
CONCLUSÕES.....	46
BIBLIOGRAFIA	50
APÊNDICES	I
ANEXOS	XXIII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Uso dos solos em Portugal em 2015	6
Figura 2 – Causas dos incêndios rurais em 2017	8
Figura 3 – Efetivo de Militares	34
Figura 4 – Ponto de viragem nos anos 80	XXIV

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº 1 – Níveis de Risco	17
Tabela nº 2 – Identificação de entrevistados	23
Tabela nº 3 – Análise de Conteúdo.....	28

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Guião de Entrevista	II
Apêndice B – Transcrição das entrevistas.....	IV
Apêndice C – Observação Indireta	XXII

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Anos 80 como o ponto de viragem.....	XXIV
---	-------------

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AM – Academia Militar
AME – Apoio Militar de Emergência
ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil
AR – Assembleia da República
CCO - Centros de Coordenação Operacionais
CCOD – Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCOM – Comando Conjunto das Operações Militares
CCON – Centro de Coordenação Operacional Nacional
CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro
CE – Caderno de encargos
CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM – Conceito Estratégico Militar
CEME – Chefe de Estado-Maior do Exército
CEMGFA – Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas
CFT – Comando das Forças Terrestres
CMDTS – Comandantes
CNOS – Comando Nacional de Operações de Socorro
COAME – Centro de Operações de Apoio Militar de Emergência
COS - Comandante das Operações de Socorro
COT – Centro de Operações Terrestres
CRP – Constituição da República Portuguesa
CSDN – Conselho Superior de Defesa Nacional
CTI – Comissão Técnica Independente
DECIF – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais
DIF – Dispositivo de Forças
DIROP – Diretiva Operacional
EME – Estado-Maior do Exército
EMGFA – Estado Maior General das Forças Armadas
EPI – Equipamentos de Proteção Individual
FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*

FEPC – Força Especial de Proteção Civil
FFAA – Forças Armadas
GIF – Grandes Incêndios Florestais
GIPS – Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR – Guarda Nacional Republicana
ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IGE – Inspeção Geral do Exército
IUM – Instituto Universitário Militar
LBANPC – Lei de Bases da Autoridade Nacional de Proteção Civil
LBPC – Lei de Bases da Proteção Civil
LDN – Lei de Defesa Nacional
LOBOFA – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LOE – Lei Orgânica do Exército
LOEMGFA – Lei Orgânica do Estado Maior General das Forças Armadas
MDN – Ministério de Defesa Nacional
MIFA – Missões das Forças Armadas
MR – Máquinas de rasto
NBQR – Nuclear, Biológico, químico e radiológico
NEP – Norma de Execução Permanente
NOP – Norma Operacional Permanente
PAMEEX – Plano de Apoio Militar de Emergência do Exército
PCM – Presidência do Conselho de Ministros
PD – Pergunta Derivada
PF – Programa de formação
PP – Pergunta de Partida
RAME – Regimento de Apoio Militar de Emergência
RCFTIA – Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
RP – República Portuguesa
RPR – Relatório Preliminar
SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SF – Sistema de Forças
SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

SIRCAPE PP - Sistema de Registo e Controlo de Apoio a Entidades Externas Protocolo e Planos

TIA – Trabalho de Investigação Aplicada

TN – Território Nacional

TO - Teatro de Operações

TTP – Técnicas, táticas e procedimentos

U/E/O – Unidade, Estabelecimento, Órgão

UAME – Unidade de Apoio Militar de Emergência

INTRODUÇÃO

O ciclo de estudos do mestrado em ciências militares, na especialidade de Infantaria ministrado pela Academia Militar (AM), prevê a realização de um trabalho de investigação aplicada (TIA), com o qual se procura que o aluno, por um lado, desenvolva as capacidades de aplicação de métodos e instrumentos de investigação e, por outro lado, o aprofundamento de conhecimentos teóricos e o seu confronto com um fenómeno da vida real.

O fenómeno a ser estudado incide sobre o apoio do Exército na proteção e salvaguarda de pessoas e bens durante o período dos incêndios rurais de 2017. Este tema, por sua vez, enquadra-se no domínio da Organização, Tática e Logística da AM, no qual está previsto a discussão das missões do Exército Português durante o referido período.

O presente trabalho tem como objetivo compreender de que modo o Exército poderá contribuir e intervir nestas situações, sabendo-se que esta contribuição e intervenção terá de ser sempre realizada em colaboração com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil¹ (ANEPC). Esta temática tem sido recentemente debatida e discutida por académicos (citamos, a título de exemplo, Viegas², 2017), entidades técnicas (como é o caso da Comissão Técnica Independente³ [CTI]) e militares (designadamente, o Regimento de Apoio Militar de Emergência [RAME] e o Instituto Universitário Militar [IUM]). Na sequência dos incêndios de 2017, foram ainda realizados relatórios por Comissões Técnicas Independentes (CTI), que analisaram as ocorrências e a atuação dos vários intervenientes, e diferentes estudos discutiram a participação do Exército em missões de apoio civil. A presente investigação tem presente estes estudos, mas procura compreender a evolução que desde então ocorreu no Exército e, consequentemente, o nível e capacidade de atuação atualmente existente na instituição.

¹ A partir de 1 de abril de 2019 a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) passou a designar-se Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) para matérias de emergência nacional e proteção civil (Assembleia da República [AR] 2019).

² Domingos Xavier Viegas, Professor Catedrático do Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, é coordenador do Centro de Estudos sobre incêndios florestais e coordenou vários relatórios relacionados com os incêndios ocorridos em 2017, como por exemplo: O complexo de incêndios de Pedrogão Grande e concelhos limítrofes, iniciado a 17 de junho de 2017.

³ Foram designadas duas Comissões Técnicas Independentes para analisarem e investigarem o sucedido nos incêndios que ocorreram nos períodos 17 e 24 de junho e 14 e 16 de outubro de 2017, respetivamente. Estas Comissões foram aprovadas na Assembleia da República (AR) através da Lei n.º 49-A/2017 e a Lei n.º 109-A/2017.

A escolha do período temporal está relacionada com o efeito devastador que os incêndios rurais de 2017 infligiram em Portugal. Segundo o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), neste ano arderam quatro vezes mais área florestal que nos anos transatos: cerca de 442.418 hectares (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF], 2017), vs 160.458 hectares, no ano de 2016.

A dimensão da catástrofe⁴ é ilustrada pelos hectares de área queimados mas sobretudo pelo número de mortes registadas, tendo-se constatado mais de cem vítimas mortais.

O Exército participou no apoio a esta situação de catástrofe ou acidente grave⁵ através do Plano Lira⁶ - previsto no apoio programado da Lei de Bases da Proteção Civil -, que prevê a atuação em situações complexas, para as quais a ANEPC solicite apoio e colaboração. Esta participação complementa a missão primária das Forças Armadas (FFAA) que se relaciona com a “... defesa militar da República” (Assembleia da República [AR], 2005, p. 4682), uma vez que se incluem nas suas competências as missões de apoio ao desenvolvimento e bem-estar, designadamente a proteção e salvaguarda de pessoas e bens, conforme estabelecido nas Missões das Forças Armadas aprovadas em Conselho Superior de Defesa Nacional [CSDN] de 30 de julho de 2014 e previsto na Lei de Bases da Proteção Civil no artigo 46º do capítulo IV.

Neste âmbito, este relatório científico final do trabalho de investigação aplicada (RCFTIA) aborda, como referido na Lei Orgânica do Exército [LOE] no artigo 2º, ponto 2, o contributo às missões de apoio à proteção civil, em particular a de proteção e salvaguarda de pessoas e bens, o qual constitui o nosso objeto de estudo. Adicionalmente, damos especial enfoque à análise das atividades do Exército Português ao nível dos recursos materiais utilizados nos incêndios rurais de 2017, no apoio a entidades civis como a ANEPC/ICNF.

Como objetivo geral, pretende-se analisar o papel e a intervenção do Exército Português nos incêndios rurais de junho e de outubro de 2017 e as mudanças operadas e concretizadas após estes acontecimentos. Para tal estabeleceram-se como objetivos específicos a análise da capacidade atual do Exército no apoio a missões relacionadas com

⁴ Catástrofe é “... o acidente grave ou a série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional” (EMGFA, 2018a, pp. A-1).

⁵ Acidente grave entende-se como “... um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas, os bens ou o ambiente.” (EMGFA, 2018a, pp. A-1).

⁶ O Plano Lira resulta da colaboração do Exército com a ANPC para missões de combate a incêndios. Atualmente este Plano Lira encontra-se submetido ao Plano de Apoio Militar de Emergência (PAMEEX).

os incêndios e a análise das alterações implementadas pelo Exército após os incêndios de 2017.

Com esta investigação pretende-se contribuir para a identificação de boas práticas que melhorem o desempenho do Exército em missões relacionadas com a prevenção e o combate aos incêndios, para que o apoio prestado pelo Exército seja o mais eficaz possível.

No sentido de alcançar o objetivo e propósito definidos, foi aplicada a teoria preconizada por Robert Yin (2003), o qual defende que, no início de qualquer investigação devemos começar por colocar questões básicas, mais especificamente Como? ou Porquê? Por isso mesmo, a nossa pergunta de partida (PP) foi a seguinte:

“Como pode o Exército Português proteger e salvaguardar pessoas e bens nos incêndios rurais?”

Adicionalmente, formularam-se as seguintes perguntas derivadas (PD), cujas respostas concorrem diretamente para o esclarecimento da PP:

PD1: “Os recursos disponibilizados pelo Exército no âmbito dos incêndios rurais são os mais adequados?”

PD2: “Quais os meios e processos que poderão ser otimizados pelo Exército nos incêndios rurais?”

O presente RCFTIA está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico, no qual, para além de uma revisão literária, são analisados os conceitos teóricos mais relevantes. É ainda discutida a problemática dos incêndios rurais em Portugal continental e a participação do Exército Português nas ações de prevenção e combate a estas situações de emergência.

O segundo capítulo incide sobre o processo metodológico, abordando e justificando as decisões tomadas no que diz respeito à escolha da metodologia, método, as fontes de recolhas de dados, análise de dados e a viabilidade e fiabilidade da investigação.

O terceiro capítulo contempla todo o trabalho de campo, especificamente a análise e discussão dos resultados obtidos.

No final, apresentamos as conclusões da investigação, respondemos às perguntas derivadas e à pergunta de partida, e dessa forma identificamos os contributos teóricos e práticos da participação do Exército Português nos incêndios rurais de 2017. Por fim, são apresentadas algumas recomendações para futuras investigações dentro da área em questão.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo aborda a questão das florestas portuguesas e como é que a sua incorreta gestão juntamente com fatores climáticos exponenciam a ocorrência de incêndios rurais. Analisam-se neste capítulo também os incêndios ocorridos em 2017 e como é que o Exército Português, como agente de proteção civil, participou no apoio ao combate.

O “fogo” é um dos quatro elementos do universo, pois possuiu um papel de dupla valência que está associado à ideia de renascimento, mas também à ideia de destruição (Leite, Gonçalves, Lourenço, Úbeda & Vieira, 2013). Para que o fenómeno do fogo ocorra devem estar reunidos três fatores: o combustível, a energia de ativação e o comburente (normalmente o oxigénio), formando assim o “triângulo do fogo” (Castro et al., 2003). A partir do momento em que o Homem aprendeu a controlar o fogo, definiram-se novos empregos para a utilização deste elemento (Leite et al., 2013). Em Portugal, por exemplo, é comum a utilização do fogo para a renovação de pastagens (Comissão Técnica Independente [CTI], 2018), facto que parece ser transversal a toda a região Mediterrânica, onde se constata a intervenção nas florestas através do uso do fogo para o aumento ou renovação de pastagens ou campos agrícolas (Leite et al., 2013).

Este tipo de intervenção acarreta riscos, os quais são agravados pelo abandono das zonas rurais, pelo envelhecimento da população e pelo abandono dos campos agrícolas por falta de gestão dos espaços florestais, denominadores comuns às regiões onde se verificam os mais graves fogos (Viegas, 2017). Todos estes fatores contribuem para uma acumulação de combustíveis (que tendencialmente aumentam de ano para ano), “alimentando” os grandes incêndios rurais (Gonçalves & Vieira, 2013), os quais associados a uma incorreta gestão e manutenção das florestas portuguesas, exponenciam a probabilidade de novos incêndios de larga dimensão e intensidade (CTI, 2017), semelhantes àqueles ocorridos em 2017.

Tendo em consideração os fatores referidos, é fundamental que sejam implementadas estratégias para proteger as florestas do país, com reformas específicas para cada região, ao contrário de reformas nacionais (Tedim, Remelgado, Borges, Carvalho & Martins, 2013), atendendo à heterogeneidade das regiões em Portugal continental.

1.1 A Floresta Portuguesa

Portugal é um país Ocidental Europeu, com uma população de aproximadamente 10.3 milhões de portugueses (Pordata, 2019). Possui uma área de 8.7 milhões de hectares, na qual os espaços florestais representam cerca de 35% do território (Amaral, 2018a).

A junção das florestas portuguesas com as áreas de matos representa 67% do território (ICNF, 2017) (Beighley & Hyde, 2018). Contudo, a floresta portuguesa tem vindo a decrescer com o passar dos anos, facto explicável quer pelo desenvolvimento de espaços urbanos, quer pela ausência de reflorestação destes espaços florestais.

Periodicamente, existe um inventário florestal nacional⁷, que permite acompanhar a evolução das florestas portuguesas, constituindo uma fonte de informação essencial para os processos de tomada de decisões no que concerne às florestas (ICNF, 2013). O sexto inventário florestal nacional, realizado pelo ICNF foca-se essencialmente no ano de 2010, tendo em consideração os anos de 1995 e 2005.

De acordo com o Decreto n.º 124/2006⁸ de 28 de junho, a floresta é um património fundamental para o desenvolvimento de um país e, no caso de Portugal, os espaços florestais representavam aproximadamente dois terços do território (AR, 2006). No entanto, estes valores têm vindo a reduzir-se, e após o sexto inventário florestal nacional é possível verificar que em 2010 os espaços florestais representavam 35.4% do país, ou seja, 3.1 milhões de hectares de área florestal (ICNF, 2013).

As florestas portuguesas são consideradas um património para o desenvolvimento do país, contribuindo para a riqueza do país. Exemplo disso é a região de Mortágua em que o “crescimento de eucaliptais se traduz economicamente em 4.000 euros/hora” (Beighley & Hyde, 2018). A nível nacional, os eucaliptais representam já 25.4% da nossa floresta, seguidos pelas áreas onde predomina o sobreiro (23%) ou o pinheiro (22.3%) (Pinho, 2014). Em conjunto com outras tipologias de floresta, estas contribuem de forma significativa, por exemplo, para a produção de cortiça, resina, madeira ou da pasta de papel (Pinho, 2014).

Para que este rendimento produza efeito no país é necessário implementar medidas de gestão das florestas com vista à “otimização do valor do património coletivo e da minimização das perdas sociais” (Presidência do Conselho de Ministros [PCM], 2006, p.

⁷ Em Portugal este processo teve início em 1965, tornando o país num dos primeiros países Europeus a implementar um processo de acompanhamento periódico das suas florestas. Tanto quanto foi possível averiguar, o 6º inventário foi o último realizado até ao momento.

⁸ Decreto que definiu as medidas para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios e que já foi alterado pela quinta vez através da Lei n.º 76/2017.

3511). Estas medidas devem ser adotadas por todos, desde o Estado, titular de uma pequena percentagem de espaços florestais, até aos proprietários individuais (CTI, 2018).

Os solos portugueses estão distribuídos pelas principais categorias em que os seus valores de % tem vindo a alterar com o tempo, como pode ser constatado na figura 1.

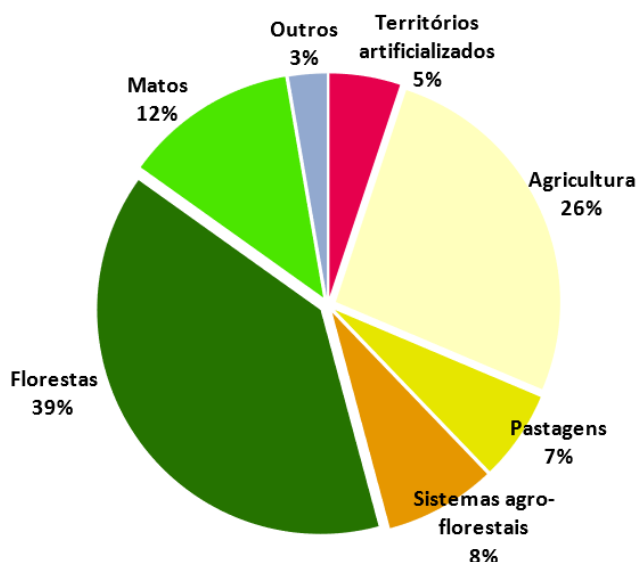


Figura 1 – Uso dos solos em Portugal em 2015

Fonte: <http://mapas.dgterritorio.pt/atom-dgt/pdf-cous/COS2015/COS2015-e-dinamicas-junho-2018.pdf>

1.2 Alterações climáticas

As alterações climáticas, que têm agravado os longos períodos secos, têm influenciado a gravidade e intensidade dos incêndios rurais (Beighley & Hyde, 2018). Estima-se que a probabilidade de ocorrência de fenómenos climáticos como as secas e ondas de calor aumente, aumentando consequentemente a probabilidade de incêndios e área ardida (Beighley & Hyde, 2009).

Esta realidade não é, contudo, recente. Desde os primórdios do planeta Terra que se verificam alterações climáticas que arrefecem ou aquecem a Terra por um grande período de tempo, estando estas alterações relacionadas com a quantidade de energia emitida pelo Sol, ou impactos de meteoritos, ou até mesmo alterações na órbita da Terra (Amaral, 2018b). O facto que constitui novidade é a intervenção humana nos últimos séculos. A crescente emissão de gases de efeito estufa tem acelerado o ritmo entre as variações climáticas, assumindo atualmente proporções preocupantes.

As alterações climáticas trazem consigo consequências negativas, fazendo-se sentir no aumento da temperatura média da Terra, no degelo nas calotes polares e elevação do nível do mar (destruindo zonas de baixa altitude) e na existência de longos períodos de seca e ondas de calor que aumentam o risco de incêndio ou então períodos de chuva intensa (Santos, 2006). Confirma Viegas (2017), com as alterações climáticas “os cenários de seca, de tempo quente, de trovoadas secas e outros fatores agravantes dos incêndios, tendem a ser cada vez mais frequentes” (p.226).

Esta realidade gera um paradoxo, uma vez que se é certo que as alterações climáticas podem ter uma influência direta negativa na extensão de floresta existente, também o é que as florestas se afirmam como um importante fator de combate às alterações climáticas, especificamente contra o aumento da temperatura média da Terra. O reconhecimento do impacto positivo que as florestas podem ter no controlo das alterações climáticas mereceu o acordo da Assembleia da República, traduzido na Lei n.º 33/96 de 17 de agosto, documento⁹ que define a política florestal nacional e postula para o desenvolvimento e fortalecimento das instituições e programas de gestão, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas nacionais como essenciais (AR, 1996).

1.3 Causas dos incêndios rurais

Carvalho (2019)¹⁰ afirma que o problema dos incêndios rurais tem fatores em comum que exponenciam o seu desenvolvimento. Exemplo disso é a redução da presença humana no interior que aumenta os espaços florestais, a falta de tratamento destes espaços florestais e também a alteração do uso dos solos através da inclusão de espaços urbanos em áreas florestais.

Um outro processo associado às florestas e que favorece os incêndios rurais são as políticas de gestão das florestas, nomeadamente, a incorreta organização da maioria das florestas no que diz respeito ao combustível porque “as zonas que antigamente detinham os incêndios, hoje alimentam a sua intensidade” (Beighley & Hyde, 2009, p. 15). Esta realidade é visível na crescente opção pela plantação de eucalipto (espécie de rápido crescimento e mais rentável), em detrimento do pinheiro ou do sobreiro.

⁹ Lei de Bases da Política Florestal

¹⁰ Coordenador da prevenção estrutural no Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte, em Vila Real, com presença no seminário que decorreu em Alijó a 6 de abril subordinado ao tema “Incêndios Rurais – Uma certeza do nosso tempo?”

Importa também estudar a origem dos incêndios, analisando-se as causas. De acordo com *Food and Agriculture Organization of the United Nations* [FAO] (2001) são muitas as causas dos incêndios florestais e a sua categorização varia de país e ao longo do tempo. Aceita, no entanto, a divisão geral em dois grandes grupos, a qual constitui doutrina internacional: as causas naturais e as causas humanas. Segundo a FAO (2001), o principal fenómeno de causas naturais que provoca incêndios são os raios, nas “tempestades secas”, o que em Portugal representa apenas 4% dos incêndios de origem natural. Já no que respeita às causas humanas, diferencia entre causas involuntárias (tais como negligência e acidentes – que representam 39% dos incêndios) e causas voluntárias (como a piromania, a vingança e quando a floresta está em disputa por assuntos políticos, económicos ou sociais, representando 30% dos incêndios em Portugal) (FAO, 2001).

Já Lourenço et al. (2011-2012), na análise que realizaram à realidade portuguesa, surgiram seis categorias: 1. uso do fogo; 2. acidentes; 3. estruturais; 4. incendiarismo; 5. naturais; 6. indeterminadas.

Por sua vez, o ICNF apresenta várias categorias e a percentagem das mesmas para os incêndios rurais relativos ao ano 2017, destacando-se que a maioria dos incêndios deveram-se a causas indeterminadas, incendiarismo e ao uso de fogo, como pode ser verificado na figura 2.

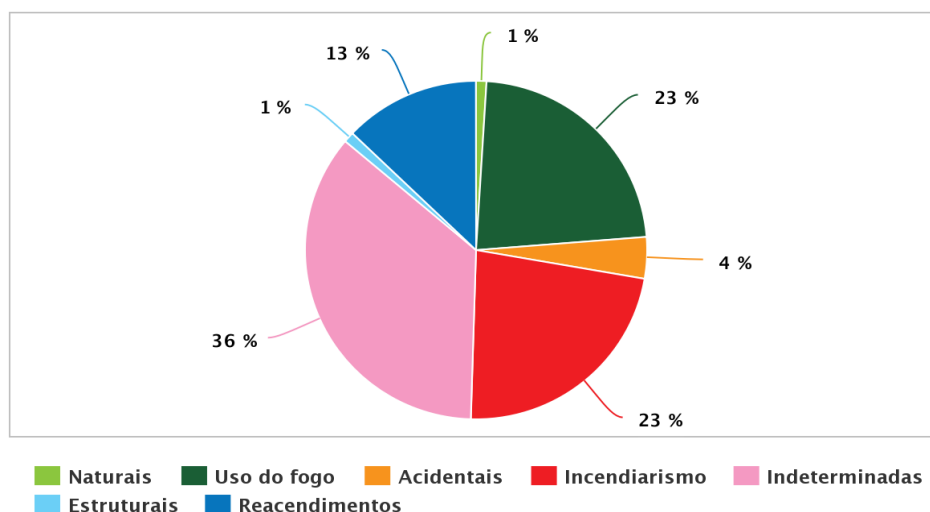


Figura 2 – Causas dos incêndios rurais em 2017

Fonte: <https://rea.apambiente.pt/content/incendios-florestais>

O ICNF (2017) e Lourenço et al. (2011-2012) indicam atividades semelhantes para as diferentes causas que originam os incêndios, identificando o uso do fogo em situações como a queima de lixo, o lançamento de foguetes ou fumar, entre outras. Relativamente às

causas acidentais, evidenciam as comunicações (linhas de alta tensão), acidentes de viação, maquinaria e equipamento (em muitos casos para uso florestal). A categoria das causas estruturais engloba situações de caça e vida selvagem, como o uso do fogo para afastar animais selvagens, ou para limpeza dos solos. Nas causas naturais destaca-se o fenómeno dos raios. A categoria de indeterminadas classifica as situações em que não é possível determinar o que deu início ao incêndio através da prova material ou pessoal. Na categoria de incendiarismo observa-se uma diferença de entendimento do conceito, uma vez que o ICNF (2014) refere como exemplos o vandalismo, a piromania e a irresponsabilidade de menores, enquanto Lourenço et al. (2011/2012) distingue entre origens inimputáveis¹¹ ou origens imputáveis¹².

Apesar da diferença concetual assinalada, constata-se que os investigadores manifestam uma maior preocupação em relação aos incêndios enquadráveis na categoria de incendiarismo comparativamente aos incêndios resultantes de causas naturais ou não intencionais, já que enquanto estes podem ser reduzidos através de programas de sensibilização e educação, o mesmo não acontece quando se tratam de incêndios com causas intencionais, dadas as implicações de natureza psicológica, psíquica e patológica (Beighley & Hyde, 2009).

1.4 Incêndios rurais

Os incêndios apresentam diversas classificações ou categorias.

Deve-se, por isso, clarificar o conceito de incêndio, distinguindo-o de outros fenómenos, como as queimadas ou fogachos, já que isso terá influência direta no tipo de meios que devem ser acionados para responder à situação.

Entendemos por incêndio uma “combustão não limitada no tempo nem no espaço” (Carvalho & Lopes, 2001, p. 7), que, para além destas características, provoca danos (Castro et al., 2003).

A queimada distingue-se de um incêndio porque esta ocorrência¹³ é planeada e controlada e tem um propósito, como no caso da renovação de pastagens (Mediterranean Forest Fire Fighting Training Standardisation [MEFISTO], 2018). Estas queimadas podem ser classificadas de extensivas se aos combustíveis for lançado fogo, ou então, intensiva

¹¹ Origens inimputáveis – não é possível atribuir a culpa a alguém

¹² Origens imputáveis – é possível atribuir a culpa a alguém.

¹³ Define-se ocorrência como um “incêndio, queimada ou falso alarme que origina a mobilização de meios dos bombeiros” (Carvalho & Lopes, 2001, p. 7).

quando se amontoa o combustível para depois se queimar (Silva, Santos, & Anderson, 2009). Fogacho, por sua vez, deve ser entendido como um “incêndio cuja área ardida é inferior a 1 hectare” (Silva et al., 2009, p. 67).

Através do manual do utilizador de classificação de incêndios florestais podemos verificar que incêndio rural surge como a categoria principal para incêndios, subdividindo-se em incêndio rural florestal, incêndio rural agrícola e incêndio rural inculto (Carvalho & Lopes, 2001).

O incêndio rural é todo aquele “incêndio que atingiu uma zona florestal, agrícola ou de inculto. Exclui todos os terrenos considerados urbanos ou industriais. Não existe qualquer limitação na dimensão” (Carvalho & Lopes, 2001).

Distingue-se a tipologia dos incêndios pelos locais onde decorre a ocorrência, isto é, um incêndio rural florestal ocorre numa área florestal que não é agrícola ou urbana (FAO, 2001), um incêndio rural agrícola observa-se nas áreas agrícolas (ex: área de silvado, restolho, pousio, pastagem) (Carvalho & Lopes, 2001), enquanto o incêndio rural inculto ocorre em áreas com mato e pastagens que não tem uso agrícola nem se entendem como área arborizada¹⁴ (Silva et al., 2009).

Para questões meramente estatísticas, existe ainda a categoria dos grandes incêndios florestais (GIF), atribuível a incêndios que atingiam uma área superior a 100 hectares (ICNF, 2017). Por outro lado, Leite et al. (2013) consideram que a terminologia GIF deve ser aplicada a incêndios que afetem áreas superiores a 10.000 hectares. Justificam esta opção com uma nova realidade¹⁵ experienciada na década de 80 (confrontar com o gráfico¹⁶), um ponto de viragem no tema dos incêndios rurais, porque até então não se tinha ultrapassado a barreira dos 10.000 hectares de área ardida (Gonçalves & Vieira, 2013).

Até então, destacavam-se sobretudo incêndios de menor proporção, como aquele que ocorreu em Sintra, em 1966, e que consumiu cerca de 5.000 hectares, tirando a vida a 25 militares (CTI, 2018).

Do ponto de vista histórico, em Portugal, o tratamento de dados relacionados com incêndios é relativamente “recente”, evidenciando-se a pouca informação e documentação de ocorrências de anos anteriores ao século XX. Ressalva-se, no entanto, a existência de

¹⁴ Uma área arborizada é uma “área ocupada com espécies arbóreas florestais, desde que estas apresentem um grau coberto igual ou superior a 10% e ocupem uma área igual ou maior a 0.5 hectare” (Carvalho & Lopes, 2001, p. 7).

¹⁵ Ultrapassa-se a barreira dos 10.000 hectares numa só ocorrência. Em 1986, os concelhos de Vila de Rei totalizam uma área ardida de 10.032.1 hectares (ICNF) e, em 1987, nos concelhos de Arganil arde um total de 10.900 hectares (Viegas et al., 1988)

¹⁶ Ver Anexo A.

algumas obras que referem incêndios na mata de Leiria, como é o caso da obra “O Pinhal do Rei” (Leite, Gonçalves & Lourenço, 2011-12).

No nosso século, esta realidade tem-se alterado e é hoje possível encontrar informação sobre os GIF. Nos últimos anos, como se poderá verificar através do gráfico de Rego (2018) o ano de 2003 destaca-se, uma vez que se assinala uma nova marca: o incêndio da Chamusca (Santarém) destruiu 21.897 hectares, e no final desse ano, Portugal “perdeu” 425.726 hectares devido aos incêndios rurais (Leite et al., 2011-12). Estes valores só são ultrapassados pelos 563.669 hectares de área queimada em 2017. Em 2003 e 2005, os incêndios rurais foram fortemente influenciados pelo clima, constatando-se, segundo Beighley & Hyde (2009), que o verão de 2003 foi o mais quente e o de 2005 o mais seco.

1.5 Incêndios rurais em 2017

Beighley e Hyde (2018) afirmam no seu relatório que a situação com que Portugal se deparou no ano de 2017 já fora prevista num relatório¹⁷ em 2009, mas que por razões diversas (como a grande recessão económica mundial sentida na Europa ou os anos que se seguiram nos quais apenas ocorrem incêndios moderados) relegaram este relatório e as suas recomendações para um plano secundário.

Estes investigadores afirmam que “uma seca severa, vagas de calor, extensas áreas florestais e de mato inflamáveis e um fenómeno meteorológico – o furacão Ofélia, a meados de outubro – conjugaram-se para criar o que descrevem como uma situação de “tempestade perfeita” (Beighley & Hyde, 2018, p. 5).

As recomendações e alertas mostram que, o problema dos incêndios deve ser colocado como uma prioridade nacional, e para tal, como é referido no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)¹⁸, “ (...) é necessária uma Estratégia Nacional do Ambiente que permita prevenir e fazer face, de forma integrada, aos principais riscos ambientais em Portugal, como os sismos, os incêndios florestais (...)” (Resolução do Conselho de Ministros [RCM], 2013, p. 1990).

Portugal que “ocupa uma das posições mais elevadas no ranking de incêndios florestais da Europa” (Beighley & Hyde, 2018, p. 7) enfrentou em 2017 um ano terrível relativamente a incêndios rurais os quais:

¹⁷ Avaliação de Gestão e Capacidade de Resposta aos Incêndios Florestais, realizado em 2009 a pedido do grupo Portucel-Soporcel

¹⁸ CEDN de 3 de julho de 2013 é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros [RCM] n.º 19/2013 de 5 de abril.

“ (...) tiveram consequências trágicas ao nível de vidas humanas, para além dos inúmeros danos e prejuízos em habitações, explorações agrícolas, infraestruturas, equipamentos e bens de pessoas, empresas e autarquias locais, que se somam à destruição da floresta e dos bens e serviços por ela produzidos” (Defesa Nacional: Gabinete do Ministro, 2017).

Face à situação vivenciada e procurando perceber o que se tinha passado, a Assembleia da República e o Governo “convidam” o Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais¹⁹ e nomeiam as Comissões Técnicas Independentes para realizarem um relatório de investigação sobre os incêndios que consumiram o país nos períodos entre 17 e 24 de junho de 2017 e os incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro do mesmo ano (Centro de Estudos de Incêndios Florestais, 2018).

O incêndio ocorrido no período de junho é referente à região de Pedrogão Grande e Góis, uma região que devido à falta de população e, por sua vez, à escassez de mão-de-obra para assegurar a limpeza e manutenção dos terrenos, acumulou combustível durante 14 anos (CTI, 2017), reforçando a teoria de que, as características do combustível, juntamente com a localização do mesmo, são aspetos que influenciam o comportamento do fogo. (Tedim et al., 2013).

Viegas (2017) no seu relatório afirma que o incêndio de junho teve a sua origem numa descarga elétrica de um raio sobre uma linha de alta tensão e sobre uma árvore que existia por baixo dessa mesma linha, demonstrando de entre vários problemas a “deficiente gestão de combustíveis na faixa de proteção da linha” (Viegas, 2017, p. 5).

Em relação aos incêndios decorridos em outubro, é possível verificar que as principais causas se devem a reacendimentos decorrentes de fontes de calor dos incêndios anteriores, a causas intencionais como o vandalismo e a negligência provocada pelas queimadas extensivas, ou renovação de pastagens, como é apresentado no relatório (CTI, 2018).

Os vários incêndios rurais que “queimaram” o país nos períodos de tempo investigados provocaram a morte de 113 cidadãos (65 em junho e 48 em outubro), causaram cerca de 200 feridos e destruíram aproximadamente 286.328 hectares de floresta (45.328 hectares em junho e 241.000 hectares em outubro), para além do impacto em infraestruturas e os custos associados à riqueza produzida pelos espaços florestais (CTI, 2018; Viegas, 2017).

¹⁹ O Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais encontra-se na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e tem como objetivo fundamental o conhecimento científico em temas relacionados com os incêndios, dedica-se aos aspetos físicos do fogo e à segurança pessoal no âmbito dos incêndios (Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial, 2015).

1.6 Resposta aos incêndios

A capacidade de resposta aos incêndios está diretamente relacionada com o número de ocorrências diárias e com a dimensão do incêndio, uma vez que um elevado número de ocorrências provoca um atraso no ataque inicial. De igual modo, a dimensão do incêndio influencia a capacidade de resposta inicial. (Beighley & Hyde, 2009).

Quando existem várias ocorrências em simultâneo é necessário empregar corretamente os meios e os recursos para que não se sobrecarregue o sistema e se consiga fazer frente aos incêndios de uma forma coordenada. Para tal, a ANEPC definiu uma lista de prioridades a responder em caso de emergência: em primeiro lugar está a vida humana; em segundo, edifícios/infraestruturas; em terceiro lugar os parques nacionais e áreas protegidas; e, por último, as florestas e áreas de mato (Beighley & Hyde, 2018).

Para combater os incêndios foi desenvolvido em 2006 o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios que assenta essencialmente em três pilares (Observador Técnico Independente [OTI], 2018). O primeiro pilar é o ICNF, responsável pela prevenção estrutural (planeamento, sensibilização, organização do território); o segundo pilar é a Guarda Nacional Republicana (GNR), incumbida da prevenção operacional (vigilância, deteção e fiscalização); o terceiro pilar é a ANEPC para coordenar as ações de combate, rescaldo e vigilância (AR, 2017).

O dispositivo de resposta às situações de emergência nomeadamente aos incêndios rurais está definido na Diretiva Operacional n.º 2 – DECIR (2018), referente ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais.

Este dispositivo compreende vários meios, entre os quais se destacam as forças de empenhamento permanente (Corpo de Bombeiros, Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro GIPS, Força Especial de Proteção Civil ²⁰[FEPC], entre mais), a diferente tipologia de meios aéreos disponíveis (Helicópteros de ataque inicial, helicópteros de ataque ampliado, aviões de ataque ampliado), equipas de sapadores, FFAA, entre mais forças (Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC], 2018a).

Fazendo parte do DECIR, as FFAA têm como missões a prevenção, a vigilância e presença dissuasora, a vigilância ativa pós-rescaldo, a primeira intervenção durante operações de vigilância (com formação adequada), o recurso a máquinas de rasto e o apoio militar de emergência (apoio sanitário, logística) (Cruz, 2018; EMGFA, 2018b).

²⁰ A partir de 1 de abril de 2019 com o artigo 25º do Decreto-Lei n.º45/2019, a anterior Força Especial de Bombeiros passa a denominar-se de Força Especial de Proteção Civil. (AR, 2019).

Destacam-se também neste dispositivo especial as organizações privadas como as associações de proprietários florestais e a Afocelca²¹ capazes de atuar num ataque inicial, prevenção e apoiar as diversas entidades que se encontrem no local (Bandeirinha, 2018).

1.7 O Exército como agente de Proteção Civil

Nas situações de catástrofes ou acidentes graves as ações de resposta são conduzidas pelo Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) que representa “ (...) o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo de respetiva dependência hierárquica e funcional” (Ministério da Administração Interna [MAI], 2013, p. 3190).

A participação do Exército Português no apoio aos incêndios rurais está regulada através do SIOPS, porque este sistema coordena a participação de todos os agentes de proteção civil. Como descrito na Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC)²², o Exército Português é um agente de proteção civil (AR, 2015), devendo, porém, realçar-se que o relatório do incêndio de junho assinala que as “FFAA, sendo agentes de Proteção Civil, não estão devidamente enquadradas nos dispositivos e estão subaproveitadas nas operações de defesa da floresta e de combate aos incêndios rurais” (CTI, 2017, p. 172).

O SIOPS é um sistema assente em duas dimensões distintas que no final se complementam, são elas a coordenação institucional e o comando operacional (MAI, 2013).

A coordenação institucional é desenvolvida através dos Centros de Coordenação Operacionais (CCO), enquanto órgãos de apoio à decisão operacional de nível nacional e distrital, onde os agentes de Proteção Civil e demais entidades se fazem representar através de oficiais de ligação (MAI, 2013). Neste contexto as FFAA designam para cada Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) um oficial de ligação que participa nas reuniões semanais.

O comando operacional assegura o comando das ocorrências de forma evolutiva, em função da natureza e da complexidade das ocorrências. Desta forma, de acordo com o SIOPS, operacionalizado pelo Sistema de Gestão de Operações²³ (SGO) o comando de uma

²¹ Afocelca é um agrupamento complementar de empresas, constituído pela *Navigator Company* e *Altri Florestal S.A.* Desde 2005 que integra no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais da ANEPC.

²² LBPC, Lei n.º 27/2006 viu a sua segunda alteração através da Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto.

²³ O Despacho n.º 3317-A/2018 apresenta a revisão ao SGO prevista no ano de 2017. Este SGO “é uma forma de organização operacional que se desenvolve numa configuração modular e evolutiva de acordo com a importância e o tipo de ocorrência” (AI, 2018).

ocorrência evolui com base no chefe da primeira equipa que chega ao Teatro de Operações (TO), passando para o elemento mais graduado dos bombeiros, podendo passar para um elemento de comando ou Comandante da Bombeiros e por último, se a situação o exigir, para um elemento da estrutura operacional da ANEPC (MAI, 2013). O elemento mais graduado da primeira equipa a chegar ao TO é designado de Comandante das Operações de Socorro (COS) e detém competência de comando operacional, no contexto da ocorrência sobre todas as forças, independentemente da sua titularidade, incluindo as FFAA (AI, 2018).

De forma mais resumida, as FFAA integram os CCO (nível nacional e distrital), com um oficial de ligação para apoio à decisão operacional da estrutura operacional da ANEPC e quando empenhados numa operação de proteção e socorro, ficam em ligação com o comando operacional do COS.

Como é possível observar na Constituição da República Portuguesa (CRP), no ponto 6 do artigo 275.º, na Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) no ponto f) do artigo 4.º e também na Lei Orgânica do Exército no ponto e do artigo 2.º, uma das missões das FFAA e do Exército Português é a de “colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (AR, 2014, p. 6406). O mesmo princípio encontra-se na LBPC, no capítulo VI orientado para as FFAA, no qual se afirma que estas colaboram em missões no âmbito da proteção civil (AR, 2015).

O documento que apresenta as missões das FFAA especifica que as missões no âmbito da proteção civil decorrem no apoio ao desenvolvimento e bem-estar, mais especificamente no apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens, onde se encontra a colaboração com entidades civis para o combate a incêndios (Conselho Superior de Defesa Nacional [CSDN], 2014).

Entende-se que o apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens:

“Inclui, entre outras, intervenções no âmbito da proteção NBQR, apoio sanitário, evacuações médicas, transporte de órgãos para transplante, engenharia de construções, combate a incêndios, combate à poluição, segurança de navegação marítima e aérea, apoio em caso de catástrofes naturais e outras emergências complexas, e ainda em situações de ciberataques que afetem as infraestruturas críticas nacionais” (MDN, 2014, p. 24)

A capacidade de apoio ao combate de incêndios por parte do Exército está prevista no PAMEEX e consiste em ações de patrulhamento de vigilância e deteção, ações de consolidação da extinção (rescaldo), de vigilância pós-incêndio e através de meios de engenharia militar ações de rescaldo ou combate indireto a incêndios (Estado-Maior do Exército [EME], 2018)

A colaboração das FFAA e o Exército com a ANEPC pode realizar-se de duas formas: através do apoio programado ou do apoio não programado (AR, 2015).

O apoio programado “ (...) é prestado de acordo com o previsto nos programas e planos de emergência previamente elaborados (...) ” (AR, 2015), sendo exemplo desses planos o atual PAMEEX, o anterior Plano Lira, ou o Plano Faunos. O PAMEEX é um plano que regula a participação do Exército em variadas missões de Apoio Militar de Emergência (EME, 2018), congregando missões do tipo apoio ao combate de incêndios, segurança e vigilância, busca e salvamento, entre outros.

Em 2017, estava em vigor o Plano Lira, um plano do Exército que através do EMGFA (Estado Maior General das Forças Armadas) prestava apoio ao combate aos incêndios rurais em “(...) ações de rescaldo e de vigilância pós-incêndio, na disponibilização de infraestruturas e de equipamentos e no fornecimento de apoio logístico (...)” (EME, 2017).

O acordo do Exército com o ICNF resultou no Plano Faunos, onde estavam previstas ações de prevenção e vigilância dos fogos florestais (Comando das Forças Terrestres [CFT], 2014).

Relativamente ao apoio não programado, é prestado mediante a prioridade de emprego dos recursos militares e da disponibilidade dos mesmos, cabendo ao Estado-Maior-General das FFAA determinar a possibilidade para a participação (AR, 2015). A solicitação de participação/ativação das FFAA em missões de Proteção Civil estão descritas na Diretiva Operacional N.º 032/CEMGFA/2018. Esta ativação pode ser conseguida de duas formas distintas, pela cadeia hierárquica normalizada em que a ANEPC solicita ao EMGFA a participação das FFAA, ou então em caso de manifesta urgência²⁴ em que os presidentes das câmaras municipais solicitam a participação das FFAA diretamente aos comandantes das unidades localizadas nas suas regiões, devendo o comandante da respetiva unidade ativar (ou não) a participação da sua unidade e dar conhecimento ao EMGFA ([EMGFA], 2018).

²⁴ Casos de manifesta urgência “aqueles em que a gravidade e dimensão do acidente grave ou catástrofe e a necessidade de atuação imediata, não são compatíveis com o normal encaminhamento do pedido através da cadeia de comando (...)” (EMGFA, 2018, pp. A-1).

1.8 O Exército no apoio aos incêndios de 2017

Como observado no seminário²⁵ realizado no Regimento de Apoio Militar de Emergência [RAME]²⁶, o Exército Português no ano de 2017 desenvolveu uma ação muito ativa nos incêndios rurais.

No final do ano foi possível observar que o Exército esteve empenhado desde maio até novembro nos incêndios rurais e em tudo o que estava relacionado com a situação (Regimento de Apoio Militar de Emergência [RAME], 2017).

Estes empenhamentos devem-se aos apoios programados e não programados que o Exército Português presta em colaboração com as entidades de apoio civil, como a ANEPC (AR, 2015).

Nesse ano, no âmbito do Plano Lira, o Exército esteve empenhado 165 dias, 24 dias em “risco baixo”, 138 dias em “risco moderado” e 3 dias em “risco alto” (RAME, 2017).

É possível verificar através da tabela n.º 1, que estes níveis de risco estão associados a tempos de prontidão da força, desde 72h como no nível verde até ao estado de prontidão imediato quando o risco é vermelho, “(...) contado a partir da receção do pedido de solicitação pelos órgãos das estruturas de proteção civil competentes até ao momento de saída da U/E/O” (EME, 2018, p. 11/12).

Tabela nº 1 – Níveis de Risco

Estado	Níveis	Grau de prontidão
Normal	VERDE Risco Baixo	Determina o aprontamento de forças em 72 horas
	AZUL Risco Moderado	Determina o aprontamento de forças em 24 horas
Especial	AMARELO Risco Alto	Determina o aprontamento de forças em 12 horas
	LARANJA Risco Elevado	Determina o aprontamento de forças em 6 horas
	VERMELHO Risco Extremo	Determina o aprontamento de forças imediato

Fonte: (EME, 2018, p. 11)

²⁵ Seminário realizado entre 5 e 6 de dezembro de 2017, subordinado ao tema o “Balanço do Apoio do Exército nos Incêndios Florestais 2017”.

²⁶ RAME – Regimento de Apoio Militar de Emergência situado em Abrantes é a unidade que materializa o cumprimento das missões de Apoio Militar de Emergência (EME, 2018).

O anterior Plano Lira indicava também estados de prontidão para as forças, mas com tempos diferentes: o Amarelo tinha uma prontidão de 6h e o Laranja uma prontidão de 2h (EME, 2017). Por questões logísticas, alteraram-se os tempos de prontidão para os atuais estabelecidos no PAMEEX.

Decorrente do Plano Faunos, e mediante o planeamento efetuado em conjunto com o Ministério da Agricultura e o Ministério da Defesa Nacional para os meses de julho, agosto e setembro, o Exército foi empenhado para missões de prevenção e vigilância de incêndios cerca de 66 dias (RAME, 2017).

Em parcerias com municípios, o Exército empenhou-se 182 dias (RAME, 2017).

Relativamente aos incêndios que ocorreram entre 17 e 24 de junho de 2017, o Exército apoiou no combate aos incêndios, empenhando até ao dia 26 de junho aproximadamente 1193 militares e 280 viaturas (Viegas, 2017; RAME, 2017).

Neste período de tempo, os destacamentos de engenharia do Exército Português realizaram tarefas para aumento/estabelecimento de faixas de contenção e limpeza de caminhos e aos pelotões foram atribuídas missões de rescaldo e vigilância pós-incêndio (RAME, 2017).

Nos incêndios de 14 a 16 de outubro, o Exército empenhou 705 militares com o apoio de 141 viaturas e 4 plataformas, realizando-se nesse período 55 missões de patrulhamento e 8 missões diferenciadas (rescaldo e vigilância pós-incêndio) (CTI, 2018).

Além destas tarefas atribuídas, o Exército apoiou também a proteção civil numa panóplia de atividades, tais como binómios para busca, deteção e patrulhamento, apoio médico, apoio com viaturas (transporte e abastecimentos), refeições, entre muitas outras (Cruz, 2018).

1.9 Medidas contra os incêndios rurais

Para combater o risco de incêndios rurais deverá existir um equilíbrio entre as políticas de supressão e a prevenção, uma vez que atividades de supressão procuram extinguir o incêndio e as atividades de prevenção procuram limitar a intensidade desse mesmo incêndio através da redução de combustível (Collins, Neuville, Claro, Oliveira, & Pacheco, 2013).

Beighley (2009), por sua vez, defende os programas de educação e sensibilização para reduzir os incêndios de origem não intencional ou natural, mas ressalva a ideia de que estes programas não serão eficientes para combater os incêndios de origem criminosa (Beighley & Hyde, 2009).

Analisando a participação do Exército nos incêndios de 2017, os relatórios que analisam os incêndios de junho e outubro apresentam algumas reflexões e algumas recomendações para melhorias futuras.

Um dos primeiros aspetos descritos é a unidade orientada para o apoio militar de emergência, o RAME. Segundo os relatórios, a resposta e a coordenação desenvolvida pelo RAME ficaram aquém do expectável e do planeado, evidenciando-se a falta de capacidades, meios e processos para se tornar útil em operações de emergência (CTI, 2017).

O relatório de Viegas (2017) realça o não aproveitamento dos meios existentes no terreno, dando o exemplo de, que numa situação concreta, a tarefa que os bombeiros estavam a realizar poderia ser executada por elementos das FFAA, libertando assim aqueles bombeiros para outras tarefas.

O mesmo relatório realça a formação das FFAA em matérias de rescaldo e vigilância pelo lado positivo, dispondo de 60 pelotões do Exército com a devida formação. Contudo, o relatório destaca negativamente as unidades de engenharia por não terem recebido a formação adequada, pois por diversas vezes nos incêndios de junho a sua mobilização não foi a mais correta, verificando-se que as suas máquinas de rasto eram colocadas em áreas de risco e ainda que essas máquinas poderiam ter sido melhor aproveitadas para a limpeza de faixas.

A questão de tarefas não planeadas ou previstas nos planos foi igualmente referenciada, como no caso dos destacamentos de engenharia que eram solicitados para um local mas quando chegados lá acabavam por ser reencaminhados para outro local. Enfatizando-se o facto de estes movimentos serem morosos e logisticamente dispendiosos (CTI, 2018).

Apresenta-se também a insuficiência e a falta de equipamento de protecção individual, bem como a falta de ferramentas manuais, uma vez que em 2010 através do Plano Vulcano apenas se “aprontaram 2 pelotões” com este material - insuficiente para a orgânica atual -, algo que coloca em risco os militares, uma vez que se veem obrigados a utilizar as habituais fardas e botas e ferramentas manuais nem sempre adequadas (Viegas, 2017).

Concluiu-se, por isso, que a cooperação das FFAA deverá ser melhorada, porque apesar de estarem previstas tarefas de prevenção, combate e rescaldo, estas missões não são realizadas com máxima eficácia porque existe falta de “(...) planeamento, preparação, treino e ação conjunta (...)” (CTI, 2018, p. 172).

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

Fortin (1999, p.18) afirma que “a investigação aplicada numa disciplina consiste na utilização do processo científico no estudo de problemas específicos, com vista a introduzir mudanças nas situações onde se apresentam estes problemas”. Consideramos que este princípio se aplica à investigação do presente RCFTIA, cuja finalidade é a de recolher contributos das FFAA, mais concretamente do Exército Português, para compreender e discutir a sua ação nos incêndios rurais de 2017.

Procurando também, como Blaxter, Hughes e Tight (2006) defendem, que o trabalho investigacional possa de alguma forma produzir alguma mudança, a análise ao apoio prestado pelo Exército Português no combate aos incêndios rurais, será perspetivado para que se retirem lições e boas práticas a aplicar em apoios futuros.

Definido o objeto de investigação, abordamos neste capítulo o pensamento lógico descrevendo para tal todos os aspetos relativos à metodologia, fontes de recolha de dados e análise de dados, entre outros aspetos.

2.1 Metodologia

Existem muitas maneiras de pensar, categorizar os vários métodos disponíveis para projetar, executar e analisar os resultados de uma pesquisa (Blaxter, Hughes, & Tight, 2006).

Lyons e Doueck (2010) postulam que uma das mais importantes decisões a tomar na dissertação está relacionada com a escolha da metodologia e o projeto de pesquisa, ideia partilhada por Blaxter et al. (2006), os quais explicam que a chave reside na distinção entre o método e a metodologia.

Uma investigação pode tomar um caminho quantitativo, mais científico ou objetivo, ou então uma direção mais qualitativa preocupada com a recolha e análise de informação de variadas formas, principalmente não numéricas, como o exemplo de entrevistas e observações (Blaxter et al., 2006).

Apesar de uma investigação qualitativa levar mais tempo e requerer uma grande clareza dos objetivos (Blaxter et al., 2006), a análise qualitativa pode ser desenvolvida empiricamente, ajudar a explicar, clarificar ou reexplicar dados quantitativos, apresentando ainda as vantagens de se focar em experiências vividas, nos pontos de vistas dos intervenientes e histórias, e preservar uma linha cronológica, apresentando os eventos que levaram a determinada consequência (Tracy, 2013).

A presente investigação fundamenta-se em entrevistas a militares do Exército Português e a agentes da Proteção Civil, na observação indireta com conversas informais e na presença em seminários, na presença em unidades que estão relacionadas com a investigação e na análise da documentação existente. Portanto a metodologia utilizada neste trabalho é de cariz qualitativa.

2.2 Método

A escolha do método a utilizar na investigação pode variar entre um estudo de caso, uma pesquisa, experiências e pesquisa de ação (Blaxter et al., 2006) ou, de acordo com Robert Yin (2003) apresenta o estudo de caso, a história, a pesquisa, as experiências e a análise de arquivos. Complementarmente, Blaxter et al. (2006) afirmam que é possível associar as metodologias com os métodos, ou seja, usar o estudo de caso, a pesquisa ou a pesquisa de ação para uma metodologia qualitativa e para uma metodologia quantitativa as experiências.

O método utilizado nesta investigação foi o estudo de caso, delimitando-se e materializando-se nos incêndios rurais de 2017 que ocorreram em Portugal Continental.

O estudo de caso permite ao investigador manter as características holísticas²⁷ e significativas da vida real, como por exemplo, o ciclo de vida individual, organizacional, processo de gestão, alterações vizinhas, relações internacionais e desenvolvimento de indústrias (Yin, 2003).

Por outro lado Merriam (2009) define estudo de caso como sendo uma descrição e análise detalhada de um sistema delimitado, afirmando que a característica principal de um estudo de caso se baseia na delimitação do objeto de estudo.

As tipologias de estudos de caso afirmadas por Yin são defendidas por Berg (2004), o qual assevera que existem três tipos de estudos de caso: o exploratório que pode representar uma investigação inicial para futuros aprofundamentos, o descritivo em que se define inicialmente toda a orientação teórica antes das questões de pesquisa e o explicativo que está associado a estudos de casos de complexas organizações em que várias informações estão associadas a uma proposição. O tipo de estudo de caso empregue nesta investigação foi o exploratório, na medida em que, pode ser considerada como uma investigação inicial ao tema, procurando-se clarificar a participação do Exército Português nos incêndios rurais, para que no futuro se melhore a prestação no apoio civil.

²⁷ Defende-se a ideia integral dos fenómenos (como um todo) e não de uma parte em específico.

Berg (2004) afirma que um estudo de caso exploratório aplica-se quando existe um trabalho de campo e uma recolha de dados antes de definir a questão de pesquisa, mas que no entanto deverá existir um planeamento antes de iniciar essa pesquisa.

Para Mills, Eurepos, & Wiebe (2010), o estudo de caso exploratório e descritivo responde a perguntas relacionadas de “o que aconteceu?” e “como aconteceu?” mas sem abordar o porquê da situação, em contrapartida Yin (2003), defende que as questões de “como?” e “porquê?” são para os estudos de caso explicativos uma vez que tais questões precisam de ser interligadas com questões ao longo do tempo, em vez de frequências ou pontuais incidências.

2.3 Fontes de recolha de dados

Definido o método como sendo o do estudo de caso e o tipo de estudo de caso como o exploratório na presente investigação o próximo passo é a recolha de dados.

Para Merriam (2009) a recolha de dados numa investigação qualitativa passa por entrevistas, observações e documentos. Por outro lado Mills et al. (2010) aumentam o campo de possibilidades na recolha de dados somando às técnicas de recolha de dados já referidas os arquivos históricos, as pesquisas, os documentos oficiais e os artigos de imprensa.

No que diz respeito à recolha de dados, a presente investigação apoiou-se em entrevistas realizadas a entidades que estiveram em contacto com a área de investigação que está a ser debatida neste trabalho, nomeadamente oficiais que coordenam esta tipologia de missões, comandantes de forças que atuaram no terreno, oficiais de ligação, entidades civis da proteção civil. Como é possível verificar na seguinte tabela 2, procurou-se recolher informação nos vários níveis hierárquicos envolvidos em missões de apoio e combate aos incêndios rurais, desde oficiais de ligação entre as instituições, ao Cmdt do RAME em 2017, passando por oficiais de operações até aos Comandantes [Cmdts] de pelotão que estiveram no terreno.

Tabela nº 2 – Identificação de entrevistados

Entrevistado	Importância da entrevista	Local da Entrevista	Data
Cor Lavado	Oficial de ligação do Exército com a ANEPC em 2017	ANEPC	16/04/2019
Cor Reis	Cmdt do RAME em 2017	EME	15/04/2019
Miguel Cruz	Comandante de Agrupamento Distrital nos incêndios de 2017	ANEPC	24/04/2019
Maj Trindade	Chefe do G9/ Assuntos Cíveis do CFT nos incêndios de 2017	CFT	12/04/2019
Maj Cordeiro	Adjunto de Operações Nacional desde 18 de agosto de 2017	ANEPC	15/04/2019
Maj Alves	Oficial de Operações da UAME nos incêndios de 2017	RAME	10/04/2019
Ten Poça	Cmdt de destacamento de engenharia nos incêndios de 2017	Mafra	09/04/2019
Ten Mateus	Cmdt de pelotão nos incêndios em 2017	Braga	16/04/2019

Fonte: Elaboração Própria

Outra fonte de recolha de dados foi a observação indireta, em que a recolha de notas e o contacto com entidades competentes através de conversas informais em muito contribuíram para a corroboração e triangulação dos dados. Uma terceira fonte de recolha de dados são os documentos institucionais, como por exemplo, diretivas, planos de atuação, documentos legais de enquadramento, normas de execução permanente, despachos, podendo assim deste modo analisar se o ocorrido está previsto e escrito em documentos que regulam a atuação do Exército Português em missões de Proteção Civil, nomeadamente no combate aos incêndios rurais.

Relativamente às entrevistas, que têm um propósito de obter um tipo especial de informação, é possível de agrupar estas em três tipos: estruturada, semiestruturada e não estruturada (Merriam, 2009). Mills et al. (2010), por outro lado adiciona mais uma categoria de entrevistas: as informais.

As entrevistas utilizadas para este RCFTIA foram as semiestruturadas, uma vez que a compreensão das questões difere de entrevistado para entrevistado, tornando-se assim possível recolher mais informação e perceber a marca pessoal dos diferentes entrevistados em relação ao tema, seguindo a estrutura de um guião. O guião é apresentado no Apêndice A deste trabalho.

Como referido por Mills et al. (2010), uma entrevista semiestruturada é usada quando o objetivo do investigador é comparar as respostas entre os entrevistados e simultaneamente procurar perceber as experiências pessoais de cada um.

A segunda fonte de recolha de dados usada foi a observação, mais especificamente a observação indireta. Esta observação indireta foi realizada com a presença em unidades que abordam a temática investigada (ex: RAME, CFT, ANEPC) e recolhendo também conversas informais e presença em seminários que debateram a temática.

Para Merriam (2009) as entrevistas são as primeiras fontes de recolha de dados para investigações qualitativas assim como as observações. Este afirma que é possível distinguir as observações das entrevistas de duas formas: primeiramente porque as observações são feitas no local da “investigação” em vez de um local estabelecido para a entrevista, seguidamente porque os dados recolhidos numa observação são em primeira mão.

Juntam-se também nas observações indiretas as conversas informais realizadas com algumas entidades que contribuem para o acréscimo de informação ou então para a perceção de alguma informação para a investigação, com a presença em seminários que debateram a matéria em questão.

Como última fonte de recolha de dados surgem os documentos. Esta fonte de recolha de dados é para Yin (2003) essencial para corroborar e aumentar a evidência das outras fontes de recolha de dados.

2.4 Análise de dados

Após a recolha dos dados existe a necessidade de analisar e confrontar essa informação recolhida. Esta análise de dados começa na organização da informação (Tracy, 2013) que é realizada para que seja possível efetuar uma triangulação dos dados recolhidos. Com a mesma teoria Mills et al., (2010) afirmam que a análise dos dados começa quando o investigador escreve os estudos de caso individuais recorrendo à informação de várias fontes para aumentar a objetividade.

Berg (2004) defende que a análise dos dados não é uma ciência exata, afirmando que existem muitas maneiras de analisar a informação recolhida, organizada e codificada. Partilhando da mesma ideia Merriam (2009) afirma que o método de estudo de caso não aponta para um método específico para a recolha e análise dos dados.

Como método para realizar esta análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, uma vez que na ideia de Merriam (2009) de certa forma todas as análises de dados de uma investigação qualitativa são uma análise de conteúdo devido ao “conteúdo” das entrevistas, notas de campo e documentos que são analisados.

A análise de conteúdo é utilizado para a análise dos dados recolhidos não tratados durante a investigação, que tal como sugere Merriam (2009), este processo envolve

simultaneamente a codificação desses mesmos dados não tratados e a construção de categorias para agrupar a informação pelas principais características de cada uma.

A análise de conteúdo utilizada na presente investigação baseou-se na recolha de informação contida nas entrevistas realizadas, na informação recolhida em seminários que se realizaram sobre a área em estudo e conversas informais, assim como também com a documentação institucional existente.

Analisaram-se todas as entrevistas realizadas e procurou-se retirar categorias a que os entrevistados se referiam, para assim perceber de certa forma o que está envolvido no apoio prestado pelo Exército. Recolhidas estas categorias nas entrevistas, procurou cruzar a informação com a recolha realizada nos seminários e com a documentação existente, para se verificar a triangulação e a corroboração da informação.

2.5 Validade e fiabilidade

Este momento da investigação serve como uma validação ou confirmação da informação recolhida para a investigação.

Yin (2003) entende que através da fiabilidade numa investigação é possível reproduzir os mesmos dados e informação em futuras investigações com mesmos resultados. O autor afirma também que o objetivo principal da fiabilidade é minimizar os erros e os preconceitos de uma investigação.

A validade “corresponde ao grau de precisão com que os conceitos em estudo são representados pelos enunciados específicos de um instrumento de medida” (Fortin, 1999, p. 229).

O processo de análise dos dados é central para a validade e fiabilidade (Mills et al., 2010), importa para isso cruzar os dados recolhidos conseguindo vários métodos para classificar ou delimitar a informação crítica (Mills et al., 2010).

Tracy (2013) apresenta na sua obra 8 pontos para que o investigador consiga atingir uma investigação qualitativa de qualidade. O mesmo autor defende que é necessário atingir este patamar nas investigações para que futuros investigadores se sintam confiantes ao usar os dados da investigação, um destes 8 pontos apresentados é a credibilidade que é atingida através da triangulação, descrição generalizada, reflexão dos membros e diferentes intervenções.

Na presente investigação a triangulação é conseguida através do cruzamento dos dados através das entrevistas realizadas, das observações diretas e através da análise documental. No que diz respeito à descrição sobre o tema, é feita uma abordagem aos temas

da investigação sem tomar partido ou especificidade por algum deles. O aspeto da reflexão com outros participantes é obtida através da análise realizada à investigação pelo orientador e coorientador que validam ou negam a veracidade da investigação. Em relação às diferentes intervenções é atingida através da utilização de documentação militar e civil de modo a não interferir na credibilidade dos dados, atingida também através das conversas informais e entrevista realizadas procurando atingir entidades em diferentes posições hierárquicas para assim aumentar o espectro de visões em relação ao tema a ser investigado.

CAPÍTULO 3 – DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Realizado todo o trabalho de campo para a obtenção mais completa e rigorosa dos dados, são discutidos neste capítulo os resultados obtidos. Esta análise de conteúdo, resultado da triangulação dos dados é apresentada numa tabela. Nesta tabela cruzam-se os dados das entrevistas realizadas com a documentação institucional existente sobre a matéria e cruza-se também com a informação recolhida na observação direta, através de conversas informais ²⁸ou notas de campo.

O trabalho de campo desenvolvido permitiu-nos a compilação dos dados necessários para o tratamento da questão proposta. Estes dados foram analisados de forma rigorosa para assegurar que a triangulação realizada refletia, de forma objetiva, os referidos dados.

Nesta triangulação, cruzam-se os dados das oito entrevistas realizadas com a informação recolhida por observação indireta, designadamente nas cinco conversas informais e as notas de campo, e ainda com a documentação institucional disponível sobre a temática. Como já se indicou, o guião das entrevistas encontra-se disponível no Apêndice A. A transcrição das respostas às respostas realizadas é apresentada no Apêndice B e a síntese das conversas informais é descrita no Apêndice C.

A análise do conteúdo dos dados permitiu ainda o seu agrupamento em diferentes categorias as quais ajudam a compreender e responder às QD e, consequentemente, à PP. As categorias propostas são treze, nomeadamente os meios, as comunicações, o efetivo, o desgaste, a sincronização de pedidos, o conhecimento, a formação, o treino, o emprego dos meios, o comando e controlo, o planeamento, as boas práticas e o futuro.

Na tabela que se segue são apresentadas as categorias e o processo de triangulação dos dados, a partir da qual se procederá à discussão dos resultados.

²⁸ Ver apêndice C.

Tabela nº 3 – Análise de Conteúdo

Categoria	Entrevistados	Observação indireta	Documentação
Meios	E4 “... falta de viaturas, fardamento e ferramentas desadequadas.” E5 “... importante capacitar as FFAA com meios dedicados a missões...”	E2 “... lembro-me ainda de pensarmos em empenhar apenas os militares que tinham EPI, mas dada a tragédia...”	Através do caderno de encargos (CE, 2017) e um documento (RP, 2018), verificamos que a entrega dos EPI foi demorada.
Comunicações	E7 “por vezes era difícil, ou até mesmo impossível estabelecer contacto...” E4 “melhorar a formação (...) comunicações para um melhor manuseamento...”	E9 “... devemos apostar na formação dos nossos militares na área das comunicações.”	NOP 1701/2018 “... sistema de comunicação (...) nuclear para a capacidade de estabelecer as comunicações suficientes e necessárias...”
Efetivo	E1 “... difícil substituir homens, acabam por ser sempre os mesmos...” E6 “as solicitações eram muitas (...) o empenhamento também foi muito...”	E4 “O Exército vai ter de encontrar uma solução para conseguir responder a todas as solicitações nacionais e internacionais.”	O Exército entre o período de 2008-2018 teve uma diminuição de 34,6% de efetivos (Coelho, Reis, Borlinhas, 2019)
Desgaste	E1 “... torna-se difícil substituir os homens, acabando por ser sempre os mesmos...” E7 “... grande parte desses apoios de grande exigência física, psicológica e técnica.”	Pereira (2019) refere o desgaste que estas missões provocam nos militares, realçando a supervisão de todos no TO.	Está associado à condição militar a exigência física e robustez psicológica.
Sincronização de pedidos	E6 “é o COS que se encontra no terreno que determina quais os meios...” E2 “... sempre feitos após o horário de serviço...”	E4 “muitos dos pedidos chegaram quando os militares já não estavam nas unidades, isso atrasava um pouco a ativação dos meios, mas sempre cumprimos os tempos.”	Como previsto no Sistema de Gestão de Operações, ao COS cabe a “gestão dos meios e recursos atribuídos” (AI, 2018)
Conhecimento	Relativamente às capacidades e possibilidades do Exército, o E7 refere que “... aproveitam corretamente.” Assim como o E2 “... não aproveitavam, aos poucos vão aproveitando mais.”	E9 “A partir de 2018 criaram-se exercícios conjuntos como o FENIX que além de treinar técnicas e procedimentos, permite divulgar as nossas capacidades”	Como observado no seminário ocorrido em Abrantes em 2017, é possível verificar os vários módulos que foram empregues no terreno.
Formação	E8 “... a formação atual está a dar resultados...” E4 “desde 2017 que temos uma formação certificada...”	E2 “... em 2016 o CEME foi ao terreno ver o desempenho dos militares e não gostou da prestação, sendo que pediu mudanças ao nível da formação.”	Através do programa de formação é possível perceber a qualidade e o nível de formação ministrada.

Treino	E2 “os treinos conjuntos põe em prática e dão a conhecer as nossas capacidades...” Ten Mateus “... instrução dentro das unidades...”	Pereira (2019) explica a importância dos exercícios conjuntos, destacando o FENIX.	Com o relatório final do FENIX18, verificamos que os treinos são essenciais para o treino de técnicas e procedimentos (CFT, 2018).
Emprego dos meios	E4 “... aplicação dos vários módulos e valências que o Exército possui.” E6 “atualmente a população precisa que as FFAA sejam um garante...”	E4 “2017 destaca-se pelo grande número de empenhamentos mas sobretudo porque foi o ano em que se empregaram os módulos de intervenção”	No seminário de 2017 em Abrantes e como disponibilizado no site do Exército, são apresentados todos os números referentes ao apoio do Exército nos incêndios, entre os quais a quantidade e quais os módulos envolvidos.
Comando e Controlo	E2 “... se em 2017 não se tem o centro de operações no RAME ativo (...) seria ainda mais complicado...” E7 “... dificuldade da ANEPC em coordenar todos os meios disponíveis...”	E2 “... anteriormente o CFT é que regulava estas e outras situações, atualmente este centro de operações só se foca nas operações de apoio”	O quadro orgânico da UAME prevê o COAME de forma permanente.
Planeamento	E4 “... existirem exercícios (...) que se realizam no Verão, em simultâneo com o período de incêndios.” Cor Lavado “... empenharem logo à partida os nossos destacamentos de engenharia (...) última prioridade.”	E6 “é complicado na altura dos incêndios nomear o pessoal, porque muitos vem dos exercícios que como toda a gente, querem as suas férias neste período.”	É possível de verificar no site do Exército que as datas dos Exercícios que ocorriam nesta altura já foram antecipados.
Boas práticas	E1 “... treinos conjuntos (...) que permitem treinos de técnicas e procedimentos para uma situação real...” E4 “... criação de escala de previsibilidade de unidades...”	E2 “2017 serviu para aprendermos e retirar lições, nomeadamente treinos conjuntos, um plano integrado o PAMEEX e perceber a vantagem dos módulos de intervenção.”	O anexo A do PAMEEX apresenta as várias capacidades de apoio do Exército e afirma que “estas capacidades materializam-se em ModInterv”.
Futuro	E7 “... o futuro do Exército passará por aquilo que tem feito até ao momento...” E4 “o futuro da tipologia de missões (...) focar-se na vigilância e patrulhamento e não tanto no rescaldo...”	E6 “quando estive na UME, eles lá tem um Grupo de Intervenção Imediato, talvez Portugal deva pensar em algo parecido”	Resultado da reformulação do Sistema de Forças 2014 está prevista a capacidade de Apoio Militar de Emergência. E o despacho 44/CEME/17, que refere o AME.

Fonte: Elaboração Própria

3.1 A importância dos meios para o apoio ao combate aos incêndios

Qualquer força que combata incêndios precisa de meios e equipamentos próprios. Sem eles, não só se coloca em questão o desempenho de todos aqueles incumbidos desta missão, como, em última instância, se põe em risco a vida. Esta perspetiva é corroborada

pelo E2, que afirma que a inexistência de EPI e de ferramentas em número adequado para os militares fez com que o empenhamento da instituição “não fosse a melhor”, salientando ainda os riscos “a que os nossos homens foram submetidos” em resultado da falta de equipamentos. Esta opinião é partilhada por outros entrevistados, os quais realçam a falta de meios e recursos como uma das maiores dificuldades enfrentadas durante o período dos incêndios em 2017.

Ainda de acordo com o E2, na altura, foi ponderado empenhar apenas os militares/pelotões que estavam devidamente equipados e em condições de atuar, mas tal afirmou-se como uma impossibilidade, dada a dimensão dos fogos e as suas trágicas consequências.

As dificuldades em equipar os militares portugueses com EPI e ferramentas apropriadas ficou a dever-se a razões de gestão política e governamental, uma vez que, apesar do acordo entre a ANEPC e o Exército para a aquisição dos referidos equipamentos e ferramentas, não foram disponibilizadas as verbas necessárias (ver E1). Esta realidade, como refere o E4, fez com que o projeto previsto para 2017 de equipar os militares não se concretizasse, o que obrigou a que pelotões atuassem com os meios e equipamentos provenientes do Plano Vulcano (acordo estabelecido entre o Exército e o ICNF, que em 2010 equipou pelotões para apoiar no combate aos incêndios), os quais se revelaram obsoletos (ver E6).

A aquisição dos equipamentos necessários viria a concretizar-se apenas em 2018. Segundo o E6, a instituição dispõe atualmente de “EPI e ferramentas individuais para equipar 60 pelotões e coloca-los no TO”. Contudo, deve ressaltar-se que, de acordo com o E1, não está previsto nenhum reforço ou substituição de material e como tal, nas palavras do E2, impõe-se a necessidade de uma “manutenção cuidada”.

A informação disponibilizada pelos entrevistados é sustentada por documentos oficiais, como o anúncio de procedimento n.º2881/2017 (Diário da República [RP], 2017) e o 2º relatório preliminar realizado pela ANEPC (Relatório Preliminar [RPR], 2017), nos quais se pode verificar a existência de um concurso público para aquisição de EPI pela ANEPC. Adicionalmente, se compararmos as quantidades referidas no caderno de encargos realizado pela ANEPC em 2017 (Caderno de Encargos [CE], 2017) com o documento²⁹ que indica a aquisição dos EPI pela ANEPC, é possível constatar que efetivamente o Exército só recebeu o equipamento em 2018 (República Portuguesa [RP], 2018).

²⁹ Documento do Gabinete de Secretário de Estado da Defesa Nacional de 10 de Março de 2018 relacionado com a aquisição de equipamentos de proteção individual.

O PAMEEX prevê a substituição e reequipamento de forças (anexo E do PAMEEX), mas como referem o E2 e E4, é necessário que estas substituições e aquisições de materiais obedeçam a um plano para que, em situações futuras, a missão dos militares não seja limitada pela falta ou não adequação dos meios.

Já no que concerne à questão da otimização dos meios e recursos, esta implica, segundo o E8, que sejam adquiridos novos equipamentos (como motosserras ou moto roçadoras), dado que isto se refletiria diretamente numa otimização de recursos humanos em determinadas tarefas. O E2 afirma ainda que “equipamentos adequados permitem também reduzir em muito os custos...”, porque, como explica e exemplifica, o uso de EPI inapropriado concorre para o seu maior desgaste, como no caso das botas que apenas podiam ser utilizadas em duas missões de rescaldo.

Durante a presença no seminário³⁰ ocorrido em 2019 em Abrantes, foi possível observar todo o equipamento adequado que atualmente equipa os militares, verificando-se que é o mais correto para este tipo de missões, salvaguardando-se assim o bem-estar e a segurança do militar. Neste mesmo seminário, o E4 postula que atualmente os pelotões para missões de rescaldo estão total e completamente equipados para o efeito. Em contrapartida e para demonstrar que o acordo entre o Exército e a ANEPC realmente existe, o E4 e o E2 afirmam que o Exército recebeu 23 novas viaturas ligeiras, bem equipadas (com sistema de georreferenciação) e sobretudo adequadas ao fim a que se destinam. O E5 vai um pouco mais longe, defendendo a necessidade de capacitar mais as forças de patrulhamento com viaturas equipadas para um combate de primeira intervenção.

Em relação à questão das máquinas de rasto, descritas de forma negativa no CTI (2018), por não disporem de sistemas de iluminação que permitissem uma atuação durante os períodos noturnos, os E2 e E5 referiram que estas situações já estão a ser colmatadas para que o problema não se repita em situações futuras. Face à avaliação negativa do CTI, o E2 explicou que havia presenciado a utilização deste tipo de equipamentos durante o período noturno dos incêndios, tendo-se na altura utilizado como recurso para iluminação um camião de bombeiros.

Por fim, e como salienta o E4, a aquisição de meios deve também ser perspectivada a partir das novas tecnologias disponíveis, tal como o recurso a drones para missões de deteção de focos de incêndios e até mesmo para patrulhamentos. Para além das vantagens inerentes

³⁰ Seminário ocorrido no RAME a 10 de abril de 2019, subordinado ao tema “Apoio Militar de Emergência: Evolução e Tendência”.

às próprias tecnologias, a sua utilização permitiria ainda reduzir o número de militares empregues nestas missões.

Em síntese, todos os entrevistados consideram que a existência/inexistência e disponibilidade/indisponibilidade de meios adequados influencia de forma direta a capacidade de atuação em missões de apoio a incêndios, podendo, afirmar-se como um fator positivo ou constituir uma limitação. Como é referido pelos E2 e E6, se existirem os meios e recursos corretos, existe sempre margem para melhorar e otimizar as missões de apoio aos incêndios rurais.

3.2 Apostar nas comunicações

As comunicações são um fator muito importante e um instrumento bastante influenciador. Surgem, todos os anos, bastantes entraves e indicações negativas às mesmas. A ANEPC desenvolveu em 2018 a NOP 1701 para colmatar as falhas e melhorar os aspetos negativos detetados no ano de 2017 e atualizar a Norma de Execução Permanente [NOP] de 2017. Esta NOP tem como finalidade “descrever o serviço, a organização, as normas e os procedimentos de exploração das redes rádio...” (Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC], 2018b).

Na perspetiva do E7, as comunicações tornaram-se um obstáculo e uma dificuldade no TO, na medida em que “... era difícil ou até mesmo impossível estabelecer contacto...”. Costa³¹ (2019), debatendo a questão das comunicações, explica que a rede rádio existente e os aparelhos são suficientemente capazes de operar e existem condições para atuar no TO, o problema, apontado pelo interveniente, será a questão da formação, e o correto manuseamento dos aparelhos e da rede de comunicação. As questões da formação e do manuseamento são também defendidas pelo E4 e E6.

Um outro aspeto relacionado com as comunicações é aquele apresentado pelo E8, o qual assevera que deveria existir uma constante e organizada instrução dentro das unidades ao nível das comunicações para que todos os militares fossem capazes de operar no TO com as comunicações existentes para o efeito. O E2 acrescenta ainda a importância da questão da georreferenciação e a constante localização das forças no terreno, fatores que se tentam sempre e a todos os níveis concretizar. Atualmente, isso é conseguido quer através de viaturas com sistema de georreferenciação, quer através de instrumentos para comunicações. Os militares transportam consigo um rádio para operar na rede SIRESP fornecido pelo

³¹ Interveniente no seminário ocorrido em Alijó a 6 de abril.

ANEPC no TO e o Cmdt da força leva consigo da unidade um telemóvel, procurando-se assim colmatar as falhas na comunicação e localização das forças.

3.3 O impacto dos efetivos nas operações

Os militares assumiram uma postura de total empenhamento nas missões de apoio aos incêndios. No seminário de Abrantes (2017), os valores apresentados indicam que 16.991 militares foram destacados para estas missões.

O documento fornecido pelo antigo Cmdt do RAME, referente ao balanço infográfico para o ano de 2018, indica que os 16 813 militares que foram empenhados em missões no âmbito do PAMEEX representavam 2317 militares do Exército.

Estes números refletem também a redução de efetivos que se constata no Exército, situação exponenciada em 2017 pelas exigências e desgaste de muitos militares que culminou, segundo E1, na saída de efetivos, desmotivados com os excessivos empenhamentos. Os Cmdts que tiveram no terreno, como o caso do E7 e E8 indicam mesmo que existiram situações pontuais de alguns militares que ficaram na unidade por um mês, devido aos empenhamentos e serviços na unidade em questão.

A realidade do Exército Português apresenta-se em parte no PAMEEX, mais ainda se comparado com o Plano Lira de 2017. O Plano Lira contemplava no mínimo 30 pelotões de rescaldo, quando o PAMEEX já só prevê 10 pelotões de rescaldo e 40 patrulhas de vigilância. A ANEPC pode contar no mínimo com estes efetivos que o Exército disponibiliza para apoiar no combate aos incêndios, mas, de limitadores como a falta de EPI, mais ainda porque os pelotões para rescaldo tem características e exigências diferentes daquelas solicitadas às equipas de patrulhamento, devendo adequar-se às necessidades a essas mesmas diferenças e especificidades.

A redução de efetivos foi também abordada pelo E2, o qual enfatiza o facto de as consequências não se repercutirem apenas nas missões de proteção civil, mas em todas as missões, realidade que, como postula o E4, exigirá do Exército uma solução para que se mantenha a capacidade de responder a todas as solicitações nacionais e internacionais. E3 declara mesmo que alguma estabilidade ao nível de recursos humanos seria uma vantagem, até em aspetos tão simples como na continuidade dos programas e treinos realizados, anulando-se a necessidade de repetidamente se ter que iniciar estes novos processos com novos militares.

3.4 O desgaste das operações de apoio aos incêndios rurais

O reduzido efetivo de militares no Exército afirma-se como uma realidade problemática, porque o Exército tem de responder às missões a que se propôs e lhe são incumbidas. A diminuição de efetivo acentuou-se de forma mais significativa nos últimos anos, constatando-se desde 2008 uma redução dos recursos humanos afetos aos diferentes ramos das FFAA. Como a figura que se segue procura mostrar, entre 2008 e 2018, a Marinha perdeu 59% dos seus efetivos, logo seguido pelo Exército (34,6%) e a Força Aérea (36.6%) (Coelho, Reis & Borlinhas, 2019).

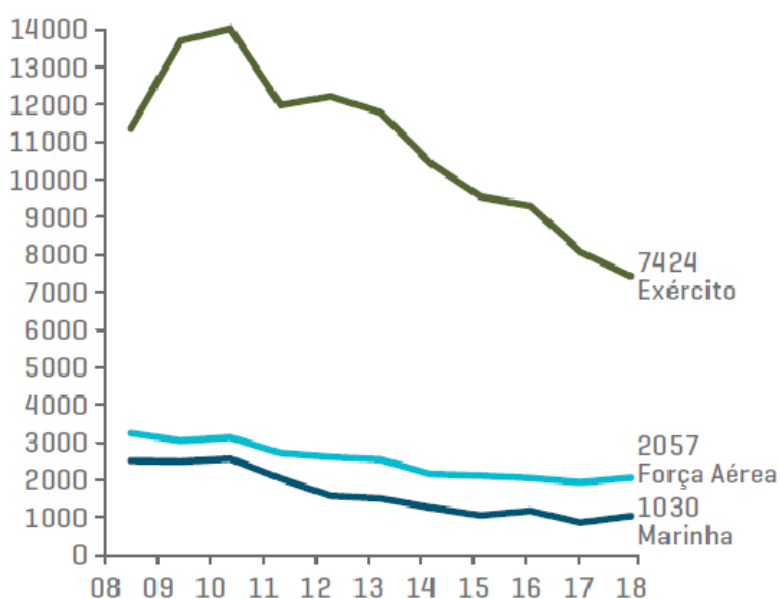


Figura 3 – Efetivo de Militares

Fonte: DGRDN/ MDN citado em Coelho, Reis & Borlinhas (2019)

O ano de 2017 foi, na visão do E2, um ano de muitos empenhamentos, que se traduziu num maior e mais acentuado desgaste dos militares.

Como refere o E1, as missões de apoio aos incêndios são extremamente desgastantes quer de um ponto de vista físico, quer psicológico. Esta ideia é partilhada pelo próprio Cmdt do CFT, reforçando a importância da segurança e da necessidade de diminuição do risco para os militares, uma tarefa não só atribuída aos Cmdts de pelotão mas a todos os militares, sob o princípio de “olhar uns pelos outros” (Pereira, 2019).

O Exército quando apoia, quer com pelotões para ações de rescaldo, quer com patrulhas de vigilância e deteção, quer ainda com os destacamentos de engenharia, apoia e atua durante um período de tempo estipulado (72h engenharia e 48h pelotões). Contudo, o tempo de efetivo de atuação dos militares acaba sempre por compreender um período mais alargado. Como aponta o E7, devem ainda ser consideradas as deslocações e as situações com que os militares se deparam nos percursos realizados e atender à falta de rotina e às refeições “fora de horas” como fatores que agravam o desgaste já inerente ao tipo de missão desenvolvida. Adicionalmente, como afirma também o E7, a componente psicológica não pode ser ignorada, uma vez que os militares tiveram de lidar com o desespero das populações, gerir emoções exponenciadas pela gravidade dos incêndios e, simultaneamente, conciliar as respostas que poderiam oferecer com os pedidos a que estavam sujeitos, mesmo quando não dispunham dos meios e recursos adequados.

3.5 A sincronização dos pedidos

Como previsto na Diretiva Operacional [DIROP] N.º 032/CEMGFA/2018, o Exército apoia a ANEPC, sempre que requisitado, mediante os meios disponíveis. O E4 explica que “o Exército é solicitado sempre em apoio e não normalmente nos inícios dos incêndios” porque para tal teria de haver uma redução nos tempos de prontidão estabelecidos e, como explica o E6, o Exército responde abaixo do previsto, mais especificamente durante a semana conseguiam aprontar as forças em 6 a 8h e ao fim de semana em 10 e 12h, quando o nível de risco era o azul e o previsto são 24h.

A ANEPC faz o pedido ao Exército com a tipologia de força, o efetivo e a indicação da natureza da missão. Relativamente a estes pedidos o E5 afirma que “... o emprego dos meios foram aqueles que solicitados...” e respondem sempre ao solicitado pelo COS porque esta entidade é “responsável por toda a operação que comanda” (AI, 2018) sendo inicialmente o chefe da primeira equipa a chegar ao TO e, mediante a dimensão da ocorrência poderá transferir a responsabilidade para uma organização superior.

Uma dificuldade sentida pelo Exército no ano de 2017 e apontada por vários entrevistados foi o facto de muitos dos pedidos e solicitações feitos pela ANEPC terem ocorrido depois das 17 horas ou durante os fins-de-semana, período em que existe um número menor de efetivos.

Relativamente a estes empenhamentos, muitas das missões consistiam em patrulhamento, o que, na perspetiva do E1, foi uma das razões que motivou um número considerável de rescisões de contrato por parte dos militares, sobretudo no final da época

dos incêndios. A situação pode ser explicada pelas muitas horas e empenhamentos nas missões de apoio e pelo insuficiente tempo para descanso e para a família. Alguns dos entrevistados, incluindo Cmdts de pelotão que estiveram no terreno, referenciaram os excessivos pedidos e a falta de organização na gestão dos diferentes recursos, apontando situações em que mais do que uma força era chamada para efetuar a mesma tarefa ou situações em que a atuação no TO foi mínima como fatores desmotivadores. Nesse sentido, o E8 expressou que os militares naturalmente experienciam “um sentimento de insatisfação” por não se sentirem úteis naqueles momentos. Em contrapartida, e como resultado de todas as aquisições e melhorias no comando e controlo, o E2 afirma que atualmente “somos capazes de responder a diversos pedidos” das entidades civis. Esta ideia é igualmente sustentada pelo E8, uma vez que considera que o dispor de meios e recursos humanos e materiais faz a diferença, por exemplo, positiva diferença que os destacamentos de engenharia constituem no terreno e em missões de combate indireto aos incêndios.

3.6 O conhecimento das capacidades

A questão do conhecimento das capacidades e possibilidades do Exército para atuar em apoio a situações de emergência nomeadamente nos incêndios rurais tem vindo a evoluir. Cada vez mais se verifica um melhor conhecimento das capacidades do Exército, ideia defendida pelo E2, que explica que, enquanto no passado as potencialidades do Exército não eram devidamente aproveitadas, atualmente isso já não se verifica. O mesmo acrescenta que o não conhecimento das capacidades ficava a dever-se em parte, ao facto de não haver uma estrutura bem definida, isto é, uma unidade dedicada para o efeito.

Na sequência da reformulação nas missões do Exército Português, surge com a capacidade de Apoio Militar de Emergência, o RAME que “Participa em missões de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população (... e ...) Apronta uma unidade operacional, a UAME, a qual materializa a capacidade – Apoio Militar de Emergência” (CEME, 2017). É portanto uma unidade “vocacionada” para o apoio a situações de emergência, apresentando e definindo as capacidades que o Exército deve ter para atuar em determinadas situações.

Ainda que, segundo o E3, o conhecimento das capacidades que o Exército possui possa estar de certa forma limitado, pela questão de dupla valência³² dos meios, uma medida para ultrapassar essa dificuldade, reside de acordo com o E4, nos atuais treinos conjuntos

³² Meios e Recursos dos ramos das FFAA destinados para realizar ações bélicas assim como ações de apoio militar de emergência.

existentes do Exército com entidades civis (FENIX). O E4 reforça ainda que internamente, tem-se procurado promover a divulgação das capacidades, algo que, contudo não encontra a mesma expressão a nível externo.

Esta questão do duplo uso foi normalizado no despacho N.º 44/CEME/17, o qual, atendendo à componente operacional do Exército obriga a que a resposta prestada ao apoio militar de emergência seja conseguida através da extensão dos meios e recursos transversais às restantes capacidades do Exército sendo o RAME o único recurso exclusivamente dedicado ao apoio a situações de emergência.

O E4 afirma que 2017 se destacou não só pela grande quantidade de militares empenhados em missões de apoio aos incêndios, mas também pelo início da solicitação e emprego de módulos de intervenção. Anteriormente, os pedidos incidiam sobre pelotões para rescaldo ou patrulhas. No seminário, em Abrantes (2017), foram apresentados todos os módulos e pelotões empenhados e foi possível verificar que para além dos pedidos que podem ser classificados como “normais” foram adicionalmente requeridos módulos de vigilância e deteção de vítimas, módulos de apoio sanitário, módulos de recuperação de viaturas, módulos de alimentação, módulos de apoio de serviços, módulos de alojamento e módulos de evacuação de desalojados.

Percebe-se, por isso, que a divulgação das capacidades do Exército parece estar a gerar efeitos, mais ainda porque, como indica o E7, os destacamentos de engenharia já não são apenas solicitados na altura dos incêndios rurais, mas sim todo o ano, para manutenção das florestas.

Como defende o E2, existe sempre espaço para melhorar, na medida em que existem ainda capacidades - como na área da saúde – cujas potencialidades não são ainda verdadeiramente exploradas pelas entidades civis.

3.7 As melhorias na formação

Para que num plano prático e num cenário real tudo corra bem, é necessário que exista uma boa e correta formação na área. São vários os entrevistados que apontam a grande melhoria que ocorreu nas formações ministradas aos militares sobre temáticas relacionadas com os incêndios rurais.

Desde 2017, que como evidencia o E1, a formação é certificada, assegurando-se, desta forma, a qualidade do processo formativo. Como é possível verificar no programa da formação a que os militares têm acesso, são apresentadas as especificações, as finalidades da formação e os requisitos para obter o certificado emitido pela FEPC (PF, 2017). Esta

formação passou a ser certificada, porque, segundo o E2, em 2016 o CEME realizou uma avaliação no terreno do desempenho dos militares, o qual mereceu uma apreciação negativa. Foram então solicitadas mudanças ao nível da formação e, a partir de 2018, a formação passou a ser ministrada no RAME com apoio da FEPC. De acordo com o E2, trata-se de uma formação com a duração de três dias, com uma componente inicial mais teórica e posterior aprendizagem prática dos modos de atuação.

Existe formação, segundo o E1, que é direcionada para vários níveis, desde pelotões de rescaldo, de patrulhamento, ao grupo de comando e a representantes das FFAA, facto justificável pela rotatividade de serviço dos militares, sendo apenas formação certificada a ministrada aos pelotões de rescaldo e patrulhas. Por outro lado o E4 afirma que as estatísticas mostram que há menos militares a receberem estas formações, porque há já um número considerável de militares com formação na área, estando previsto que quem fez a formação não a tenha de repetir.

E1 e E2 defendem que a formação atual é uma mais-valia porque capacita os militares para atuarem nas diferentes tipologias de missões e também porque, segundo o E8, os militares atualmente estão melhor organizados e melhor equipados.

E1 refere, contudo que em situações de maior gravidade são normalmente mobilizados os recursos com e sem formação, algo que justificaria a abertura da formação a todos, até como medida de segurança e de redução de risco. Já o E4 defende que devemos manter atualizadas e disponíveis as formações de capacidades, incluindo algumas atualmente indisponíveis - como a de purificação de água - para que seja possível uma constante atualização e, no caso de novas áreas em que é solicitado o apoio militar – como no apoio à evacuação ou apoio psicológico – deve ser ponderada a introdução de novas formações. De forma similar, o E8 assevera que, para além da formação ministrada no RAME, devem ser mantidas as formações e instruções dentro de cada unidade, para que não se esqueçam as técnicas e procedimentos.

E2 enaltece as alterações verificadas na formação, designadamente por se constatar agora uma formação mais otimizada, centralizada e direcionada para aspetos específicos de atuação nos incêndios, e também para aspetos de segurança. Aponta ainda a possibilidade de interação dos diferentes elementos durante a formação, algo que se reflete positivamente em situações reais.

Relativamente aos destacamentos de engenharia, ao contrário do referido no relatório Viegas (2017), o E7 defende que “os militares que constituem os destacamentos de

engenharia, por norma têm tido ao longo do ano formação, quer no RAME, quer em entidades civis, por forma a estarem sempre prontos para o apoio...”.

3.8 As vantagens do treino

Relativamente aos treinos, a diretiva N.º 114/CEME/16 refere que é responsabilidade do RAME planear e incluir exercícios no Plano Integrado de Treino Operacional (PITOP) com a finalidade de fortalecer a capacidade de articulação dos meios do Exército que apoiam em situações de emergência.

Estes treinos conjuntos entre o Exército e a ANEPC materializam-se a partir de 2018, com o exercício FENIX, o qual, segundo o E1 tem como finalidade treinar técnicas e procedimentos para situações reais. Permite ainda mostrar as diferentes capacidades que o Exército possui, como assinala o E4.

E2 assevera ainda que estes treinos conjuntos permitem verificar as falhas nos planos existentes, a adequabilidade da formação e na sequência destes treinos estabelecem-se relações profissionais que constituem uma mais-valia em cenários reais, na medida em que as pessoas já se conhecem.

As vantagens dos treinos conjuntos foram também debatidas por Pereira (2009). Este defende que ambas as instituições (o Exército e a ANEPC) ganham com estes exercícios, ideia partilhada também pelo antigo Cmdt do RAME que realça ainda a importância de participar em exercícios internacionais como o Cascade19³³, contribuindo assim para uma partilha do conhecimento e práticas em matérias relacionadas com apoio civil.

3.9 O correto emprego dos meios

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios indica que o Exército atua nos três pilares de combate aos incêndios rurais. No primeiro pilar, atua em coordenação com o ICNF, na prevenção estrutural, através de missões de patrulhamento de vigilância e deteção. Estas missões são também desempenhadas ao nível do segundo pilar, mas este já em coordenação com a GNR. O terceiro pilar, desenvolvido em coordenação com a ANEPC, está relacionado com o combate aos incêndios através de pelotões de rescaldo e ao recurso a máquinas de rasto para o combate indireto.

³³ Exercício europeu de Proteção Civil, organizado pela ANEPC que ocorre em Portugal entre 28 de maio e 1 de junho de 2019 e visa treinar as repostas a várias situações de emergência. Participam países como a Espanha, França, Bélgica, Alemanha e Croácia. A nível nacional participam os diversos agentes de proteção civil, como as FFAA.

Como já se indicou, este emprego dos meios tem sofrido alterações, em parte devido à falta de efetivo, como referido pelo E4, solicitando-se mais módulos de intervenção em vez de pelotões que utilizam bastantes militares. Isto mostra também uma alteração na estratégia, uma vez que enquanto no Plano Lira se previa a atuação com mais pelotões para rescaldo, o PAMEEX só prevê 10 pelotões de rescaldo, como explicado pelo E2.

O E8 destaca a importância da correta requisição de meios para que não sejam solicitados meios e recursos superiores aos necessários, e na mesma questão, o E5 assinala a questão do tempo de deslocamento de certos meios e da logística necessária, como problemas que devem ser devidamente analisados e ponderados.

Apesar destes constrangimentos ou dificuldades, E1 realça o bom desempenho dos militares no cumprimento das tarefas e missões, as quais, segundo E2 não se traduzem apenas em pelotões de rescaldo e patrulhas, mas num conjunto diversificado de módulos. No seminário de 2017, em Abrantes, foi possível constatar que efetivamente o apoio do Exército não se restringiu a atividades relacionadas com os incêndios, incluindo tarefas como o apoio às populações, como, a título de exemplo, ao nível de transporte de alimentos para os animais ou do transporte de água para as regiões carenciadas.

Em suma, consideramos, tal como Veigas (2019), que a participação das FFAA é uma mais-valia para o sistema, devido à sua cultura de organização, disciplina, hierarquia, comando e disciplina, preparação física e mental, qualificações e reconhecimento de competências.

3.10 A relevância do comando e controlo

Em 2017, o Exército atuou de um modo distinto daquele evidenciado em anos anteriores. Desde esse ano, o RAME possui um centro de operações com uma sala dedicada permanentemente à coordenação dos meios e condução das operações que decorrem em apoio à proteção civil. Como referem os E1 e E2, a situação experienciada em 2017 poderia ter sido muito pior, caso não se tivesse esse centro a operar. Esta noção é sustentada pelo facto de, em anos anteriores, ter sido o Centro de Operações Terrestre [COT] presente no CFT a coordenar as operações (Chefe de Estado-Maior do Exército [CEME], 2016), e a tomar decisões, depois transmitidas ao Exército.

Podemos verificar no quadro orgânico da Unidade de Apoio Militar de Emergência [UAME] presente no RAME, que o Centro de Operações de Apoio Militar de Emergência [COAME] foi constituído de forma permanente pelo grupo de comando, pelo núcleo permanente e pelo elemento de informação pública. Quando necessário, é ativado o elemento

de engenharia, de apoio sanitário, apoio psicológico, de apoio geoespacial e elemento de ligação à ANEPC.

Relativamente ao Comando e Controlo para as situações de resposta a emergências, o mesmo é assegurado pelo RAME, sempre que as forças militares são solicitadas e ativadas. O RAME, enquanto “unidade militar de ajuda de emergência” (EME, 2018), teve o seu início de atividades (como referiu o E2) em novembro de 2016 e menos de um ano depois, em junho de 2017, foi colocado à prova com os incêndios.

Um aspeto positivo no comando e controlo, prende-se com a plataforma Sistema de Registo e Controlo de Apoio a Entidades Externas Protocolo e Planos [SIRCAPE PP]. O E4 declara que é uma mais-valia para os órgãos de comando, porque através desta plataforma, é possível registar todos os dados relacionados com o apoio de uma força em determinada situação de emergência, como por exemplo no apoio aos incêndios, e no final do ano ou período crítico, é possível fazer um balanço do apoio prestado pelo Exército. A plataforma torna-se também uma vantagem, porque na visão do E6, permite que todos os Cmdts das forças que estiveram em apoio, preencham o relatório *online* de acordo com um modelo pré-definido, o que, contrariamente ao que ocorria anteriormente, se traduz na uniformização da informação e na certeza de que os dados necessários são providenciados. Ainda assim, o E4 evidencia a necessidade de instrução e formação complementar dos militares nesta componente de comando e controlo e no uso da plataforma.

3.11 O planeamento como prevenção

Um correto e antecipado planeamento contribui em muito para uma maior eficácia e gestão dos meios e recursos disponíveis no Exército e isso implica um planeamento anual das atividades do Exército, quer ao nível da gestão dos recursos humanos, nomeadamente com gestão de férias, quer ao nível do emprego dos meios nos TO.

Na análise das ocorrências de 2017, o E2 destaca o facto de os incêndios terem ocorrido em “alturas improváveis” e desenquadradas do planeamento normalmente realizado pelas entidades oficiais. O E4 realça uma falha ocorrida ao nível do planeamento que influenciou todo o período dos incêndios, mais especificamente o facto de “existirem exercícios (por ex: Orion) que se realizam no verão, simultaneamente com o período de incêndios”. O mesmo assinala que, em 2017, tiveram de retirar militares do exercício para os empenhar em missões de apoio aos incêndios, mais concretamente aos incêndios em Pedrogão.

Esta falha foi, entretanto, colmatada através da antecipação do exercício no ano seguinte.

Por inerência, e associado a este incorreto planeamento, verificou-se em 2017 dificuldades com a nomeação de militares para serem empenhados em tarefas de apoio aos incêndios, isto porque, como indica o E6, muitos militares pretendiam usufruir do seu período de férias na altura do verão ou então após a realização do exercício. Uma medida que ajuda a mitigar esta dificuldade, foi a atribuição de ajudas de custo, anteriormente não previstas.

Atualmente é o Chefe de Estado-Maior do Exército, que através do Despacho n.º 80/CEME/2018, regula e normaliza a questão dos abonos e ajudas de custo para os militares empregues em missões, plasmadas na Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, incluindo-se nestas a colaboração “em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (AR, 2009).

Relativamente ao planeamento, o E2 explicou que o PAMEEX trouxe alguma “previsibilidade” para os militares, dado que, contrariamente ao que ocorrera em 2017, em que todas as unidades e os militares tinham de estar em estado de prontidão (dependendo do nível de risco emitido pela ANEPC), permitindo uma melhor gestão dos recursos. Esta ideia é corroborada pelo E6, que afirma que, em 2017, os militares não podiam planear os seus tempos fora de serviço e a unidade não podia planear as suas atividades. Atualmente, o PAMEEX apresenta uma escala de previsibilidade relativamente aos incêndios, definindo qual é a unidade que deverá estar de “prontidão” para atuar e apoiar caso seja necessário, deixando as restantes unidades livres para as suas tarefas. Contudo, o E2 não deixa de referir que, na situação de 2017, “não havia qualquer escala que valesse” dadas as dimensões das ocorrências.

Referindo-se aos destacamentos de Engenharia, o E1 defende que a cooperação e articulação entre a ANEPC e o Exército deverá ser melhorada e otimizada, isto porque está previsto o Exército responder aos pedidos de forma gradual, mas essa solicitação progressiva de meios não se verificou em 2017. Está previsto que o Exército deve apoiar com 5 destacamentos de engenharia no combate aos incêndios e, também deve ser a última instituição a empregar os meios, isto é, após a utilização de máquinas civis. Ora, de acordo com o E1, em 2017 o que ocorreu foi o inverso, facto que poderá constituir-se um obstáculo a uma atuação eficaz, uma vez que os tempos de resposta e prontidão acabarão por não corresponder ao estabelecido nos planos.

3.12 As boas práticas já empregues

Com todos os empenhamentos existentes todos os anos, é possível retirar lições e identificar práticas menos corretas que têm vindo a ser alteradas, designadamente após as ocorrências de 2017. O reconhecimento de que as dificuldades, os erros e as falhas devem ser analisados e utilizados como pontos de partida para proceder às alterações necessárias e melhorar, levou ao desenvolvimento de algumas boas práticas no Exército, as quais foram identificadas pelos nossos entrevistados.

O E1 aponta desde logo, a formação que tem sido cada vez melhor e, a partir de 2017, certificada e também os treinos conjuntos que se realizam com a ANEPC, os quais permitiram preparar técnicas e procedimentos (CFT, 2018), verificar falhas nos planos e sobretudo divulgar as várias capacidades existentes no Exército. Esta divulgação é também feita através de um crescente número de seminários subjacentes à temática dos apoios prestados pelo Exército (ver E2). Nas palavras do presidente da ANEPC, a criação do RAME e os seminários, que têm vindo a ocorrer com maior frequência, revelam um “pensamento de mudança” (Nunes, 2019).

Como já referido, 2017 foi o ano de solicitação e aplicação de módulos de intervenção e, na perspetiva do E4, essa é uma boa prática que o Exército pode exercer, uma vez que os pelotões para rescaldo e as patrulhas utilizam grandes efetivos. A vantagem destes módulos de intervenção deve-se também segundo o E6, ao facto de estarem espalhados pelo país, permitindo uma flexibilidade e rapidez de resposta e atuação quando requeridos.

A participação das FFAA nos incêndios de 2017 permitiu perceber que se impunha a necessidade de reformulações nos planos que regulam a participação da instituição nas operações de proteção civil. Essa reformulação resultou no Plano HEFESTO e no PAMEEX.

O Plano HEFESTO regula a participação das FFAA em matérias de apoio aos incêndios rurais, isto porque “estabelece as medidas de planeamento, coordenação e execução das intervenções das FFAA nos domínios da prevenção, patrulhamento, vigilância e deteção de incêndios florestais...” (Estado-Maior General das Forças Armadas [EMGFA], 2018). Para o Exército, desenvolveu-se o PAMEEX que regula a sua participação em situações de emergência, congregando o anterior Plano Lira, relativo ao apoio no combate aos incêndios rurais.

Ocorreram também algumas mudanças que permitiram otimizar os meios e recursos, nomeadamente as ajudas de custo (como explicado pelo E2), que permitem cativar e sobretudo recompensar os militares empenhados. Por outro lado, corrigiram-se práticas

pouco abonatórias, como a situação dos módulos das cozinhas de campanha, evitando-se, deste modo que, como em 2017, que o Exército seja erroneamente responsabilizado por uma situação que não dependia da sua gestão e cuja cadeia de fornecedores e prestadores de serviço não controlava. Atualmente para evitar tais situações, o Exército encarrega-se de tudo que está relacionado com a alimentação.

Uma boa prática identificada pelo E4 e E6 foi o facto de o Exército já não ter uma intervenção tão assertiva no combate direto aos incêndios. Se analisarmos o documento anterior ao Plano Faunos, que resulta na parceria do Exército com o ICNF, este documento postula uma “primeira intervenção em fogos nascentes” (AI, 2017) o que, segundo os entrevistados, não deve ser uma tarefa atribuída aos militares. Já o patrulhamento e vigilância merecem consenso, tendo o E8 reconhecido que se tratam efetivamente de tarefas militares. Por fim, deve assinalar-se que a alteração do número de efetivos nos pelotões de apoio aos incêndios rurais, que passou de 18 ou 20 militares para os atuais 15 elementos, foi considerado pelo E2 como um exemplo de uma boa prática, já que permite uma melhor gestão e menor sobrecarga dos militares.

3.13 O futuro das missões de proteção civil

Fruto da reformulação do antigo Sistema de Forças Nacional de 2004, o atual documento (SF 2014)³⁴ apresenta todas as capacidades militares das FFAA. A mudança que esta reformulação trouxe consigo foi a incorporação da capacidade de Apoio Militar de Emergência.

O despacho N.º 44/CEME/17 define Apoio militar de Emergência como “participação do Exército na resposta a emergência complexas, designadamente acidentes graves ou catástrofes, naturais ou provocadas, em especial nas áreas do socorro, apoio às populações afetadas, logística, comunicações de emergência, engenharia e apoio sanitário” (CEME, 2017, p. 3). Portanto, estabelece-se com este documento a participação do Exército nas missões de proteção civil, entre elas o apoio aos incêndios rurais.

Os futuros apoios a emergências civis são unanimemente aceites pelos entrevistados, os quais consideram que “o futuro do Exército passará por aquilo que tem feito até ao momento”.

Contudo, a projeção deste futuro não poderá alhear a questão de efetivos. De acordo com o E2, a progressiva redução de efetivos traduz-se numa redução do número de pelotões

³⁴ Aprovado em CSDN a 30 de julho de 2014.

disponíveis para apoiar no combate aos incêndios, o que implica que os níveis de empenhamento terão de ser reajustados à realidade.

Ainda segundo o E2, o futuro implicará a alocação ao Exército dos recursos e meios necessários, preferencialmente num tempo presente para que seja possível uma atuação futura. A disponibilização de meios deverá ser pensada para uma atuação ao longo de todo o ano, mais ainda porque a realidade atual revela que os períodos de incêndios já não podem ser circunscritos à época do verão.

Com a falta de efetivo, exige-se a definição de estratégias para manter a manutenção dos militares nas fileiras e a sua disponibilidade para apoiar no combate aos incêndios. Exemplo disso são, na perspetiva do E8, as ajudas de custo, inexistentes em 2017, mas que em 2018 foram implementadas. Na opinião do E2, importa também fazer, com que os militares percebam que são tão importantes as missões que se executam em apoio civil como as missões que se desenvolvem no estrangeiro.

O E3 salientou, por sua vez que a continuidade de apoio nesta tipologia de missões passará por algumas reformas, considerando que o Exército deverá ficar baseado no segundo pilar do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios coordenado pela GNR, executando mais patrulhas de vigilância e dissuasão. Já o E4 projeta uma alteração no tipo de solicitação, reiterando a aposta nos diferentes módulos de intervenção previstos no PAMEEX e não apenas em pelotões de rescaldo e patrulhas, devido à falta de efetivos. Por outro lado, o E5 defende a autossustentabilidade dos pelotões/módulos, dando como referências as refeições distribuídas antes da saída dos militares para as missões e o recurso a jerricans e cartões de frota para resolver as questões relacionadas com os combustíveis e evitar a suspensão das tarefas por falta destes recursos.

A rentabilidade dos meios e dos recursos disponibilizados terá de ser também uma preocupação presente para a preparação do futuro. Como explica o E6 recorrendo ao exemplo dos militares empenhados em missões de patrulhamentos, afirmar-se-ia como uma otimização se esses militares já empenhados realizassem em simultâneo missões de sensibilização junto das populações, devendo para tal receber formação e instruções.

Tendo todas estas medidas em consideração, o futuro passará também por segundo o E2 apostar no treino e na formação.

CONCLUSÕES

Os incêndios rurais são fenómenos que ocorrem na natureza e que podem acarretar consequências graves, como as tragédias experienciadas em Portugal em 2017. Estes testam a capacidade de resposta de um país para intervir, quer seja antecipadamente, através da prevenção, quer seja durante e após os incêndios com o combate e rescaldo dos mesmos.

Carvalho (2019) assevera que, perante estes fenómenos, devemos “Proteger antes de Combater”, procurando mostrar a importância da prevenção dos incêndios, através da correta manutenção e gestão dos combustíveis existentes na floresta. A prevenção assume ainda maior importância quando se sabe que fatores como o abandono das terras e das florestas, a diminuição e envelhecimento das populações e as alterações climáticas têm uma influência negativa, contribuindo quer para a ocorrência dos incêndios, quer para um aumento da probabilidade de situações de catástrofe.

A determinação da causa do incêndio é cada vez mais específica e concreta, percebendo-se que é possível combater as causas de origem natural através de medidas de prevenção e vigilância, o que já não acontece nas causas de origem intencional que requerem um maior esforço e acompanhamento para uma fiscalização e vigilância mais organizada.

Relativamente ao apoio prestado pelo Exército nos incêndios de 2017, percebemos que a falta e inadequação de meios e equipamentos influenciou negativamente a participação e o desempenho dos militares nas missões. Esta falta de equipamentos traduziu-se num aumento das despesas para as unidades e para os militares, uma vez que o rápido desgaste dos equipamentos implicava a sua sucessiva substituição. Paralelamente, lançou o alerta para os riscos em que os militares incorriam nas missões de apoio, já que não dispunham de equipamentos que reunissem as condições de segurança necessárias para a mitigação dos perigos que enfrentavam. Atualmente, a situação alterou-se e o Exército possui equipamentos para 60 pelotões de operações de rescaldo, 23 novas viaturas bem equipadas para missões de patrulhamento e ferramentas adequadas para as missões.

Esta atualização de meios permitiu também otimizar e gerir melhor o emprego dos recursos humanos, sobretudo quando a instituição enfrenta uma redução muito significativa do número de efetivos e projeta a necessidade de desenvolver estratégias para a captação de novos recursos e a manutenção daqueles existentes. Estas estratégias implicam também uma melhor gestão dos recursos humanos disponíveis, para que as situações de desgaste, desmotivação e abandono do Exército não se repitam, tal como se verificou em 2017.

No que diz respeito às comunicações, percebemos que o Exército deverá apostar na formação dos militares para que se possa assegurar um correto conhecimento dos meios de comunicações, do seu funcionamento e do manuseamento dos equipamentos.

O Comando e Controlo foi uma das áreas em que se constataram melhorias relevantes, quer para o âmbito dos incêndios rurais, quer das situações de emergência geral. O atual centro de operações permite um controlo mais organizado e a coordenação das forças empenhadas nas situações de emergência. A plataforma SIRCAPE PP possibilita a recolha e o fornecimento de dados, afirmando-se como vantajosa para o Comando dado que recolhe os dados das forças que estiveram empenhadas, para que no final da situação crítica seja possível rever e analisar os dados e produzir estatísticas.

A tragédia dos incêndios de 2017 possibilitou também um melhor conhecimento das capacidades e possibilidades do Exército Português e uma maior visibilidade dessas capacidades junto de entidades civis. O apoio prestado permitiu mostrar que a atuação do Exército não tem de se cingir a pelotões de rescaldo e patrulhas, tendo capacidade para responder a diversos módulos de intervenção. Os treinos entretanto desenvolvidos, como o exercício FENIX, ajudaram a reforçar esta realidade, revelando a polivalência e eficácia da instituição.

A formação evidencia-se também como uma mais-valia, assistindo-se a uma evolução desde 2016, que culminou na certificação dos cursos ministrados no RAME pela FEPC. Esta formação permite contacto com os princípios teóricos do combate a incêndios e ainda o desenvolvimento de competências práticas. Contudo, na sequência dos incêndios de 2017 ficou patente a necessidade de providenciar formação em novas áreas, designadamente no que respeita à evacuação e ao apoio psicológico.

Também a definição de prioridades de apoio e emprego de meios deve ser considerada, para garantir uma correta gestão dos meios e recursos, isto porque, apesar de em 2017 o Exército ter respondido sempre aos pedidos, enfrentou muitas as dificuldades quer na ativação dos meios, devido aos horários a que as solicitações eram feitas, quer por dispor de um número mais reduzido de efetivos por se tratar do período de verão.

O Futuro do Exército nas missões de proteção civil em concreto no apoio aos incêndios rurais vai continuar a acontecer. Importa, por isso, equipar a instituição com os meios e recursos necessários e incutir nos militares a noção de que esta tipologia de missões é tão importante como as de âmbito internacional. O futuro deverá passar também, por um planeamento de meios e otimização das missões, ou seja, pelo pré-posicionamento de

destacamentos de engenharia em dias de risco, para reduzir o seu tempo de prontidão, e aproveitar as missões de patrulhamento para realizar missões de sensibilização.

O apoio do Exército nos incêndios, ao longo dos anos, tem permitido retirar algumas lições e boas práticas. As patrulhas de dissuasão e vigilância demonstram uma influência positiva, evidenciada pelo reduzido número de ignições nos locais destas missões. Após as ocorrências de 2017, desenvolveram-se novos planos como o HEFESTO e o PAMEEX que regulam e organizam a participação das FFAA e o Exército em matérias de incêndios rurais e situações de emergência, respetivamente. Aqui surge também como importante fator a questão do planeamento, não só para evitar que situações como a coincidência de um exercício operacional durante os incêndios não se repitam, como para garantir um número ajustado de efetivos para resposta a situações de emergência em qualquer altura do ano.

Feita toda a investigação e estudando a temática envolvente aos incêndios rurais, é possível agora responder às questões que estão na origem deste trabalho.

Relativamente à QD1 “Os recursos materiais disponibilizados pelo Exército no âmbito dos incêndios rurais são os mais adequados?”, podemos afirmar que atualmente sim. O Exército dispõe de equipamentos e ferramentas para equipar correta e adequadamente 60 pelotões para operações de rescaldo, e as patrulhas receberam 23 novas viaturas. Estes pelotões contam com uma formação certificada e adequada que capacita os militares para os TO. Os módulos de intervenção disponíveis nas várias capacidades do Exército são capazes de responder às solicitações, uma vez que é uma extensão do seu trabalho diário, como no caso dos destacamentos de engenharia.

Analisando agora a QD2 “Quais os meios e processos que poderão ser otimizados nos incêndios rurais?”, podemos afirmar que a utilização dos vários módulos de intervenção se traduzem numa otimização dos meios e recursos, isto porque como se referiu a tarefa a realizar é uma continuidade das tarefas diárias, e também porque estes módulos requerem menos efetivos que pelotões para rescaldo e patrulhas. As formações ministradas no RAME podem também contribuir para essa otimização, melhorando a qualidade e diversidade da oferta, enquanto simultaneamente se mantêm as instruções internas das unidades para consolidação e atualização das técnicas e conhecimentos. Os treinos em conjunto com outras entidades constituem uma via adicional para a deteção e correção de erros e falhas e, consequentemente, para uma maior eficácia em cenários reais.

Por último, resta-nos agora responder à PP, que indicou o percurso a percorrer para a investigação. Sendo assim, “Como pode o Exército Português proteger e salvaguardar pessoas e bens nos incêndios rurais?”

A resposta a esta questão implica a combinação de diferentes aspetos. Considera-se que o Exército deve (1) continuar a marcar a sua presença na população através da disseminação de informação e, demonstrando a capacidade que tem para atuar através de operações de sensibilização; (2) procurar manter os patrulhamentos que se mostram influenciadores de menor número de ignições; (3) manter a atual formação ministrada e perspetivar a oferta de novas formações que respondam às necessidades dos efetivos; (4) manter e aplicar o protocolo para renovação e reequipamento das forças, de ferramentas e viaturas e capacitar totalmente as máquinas de rasto para atuarem em períodos noturnos; (5) procurar cativar os militares e incentivar o recrutamento para que os efetivos aumentem.

Estas conclusões devem, contudo, ser compreendidas e analisadas tendo em consideração as limitações que se detetaram à nossa investigação. Primeiro, devemos referir que cingimos o estudo aos dois grandes incêndios ocorridos em 2017, uma vez que se constatou um mais fácil acesso a informações sobre as ocorrências e sobre a atuação do Exército. Não foram, por isso, consideradas outras missões desenvolvidas também no âmbito de incêndios, mas com menor impacto social e económico para o país. Adicionalmente, a investigação incidiu apenas sobre a atuação do Exército e não de todos os ramos das FFAA, não permitindo, por isso, apresentar conclusões mais abrangentes e que evidenciam o papel das FFAA nos incêndios.

Tendo em consideração as limitações identificadas, surgem ideias e perspetivas para futuras investigações.

Estas investigações poderão aprofundar a situação real do Exército Português, discutir soluções que possam ser implementadas para resolver o premente problema com a progressiva redução de efetivos e debater o modo como isso poderá constranger a atuação do Exército em missões cujo primeiro objetivo é a proteção e salvaguarda de pessoas e bens.

BIBLIOGRAFIA

- Administração Interna [AI] (2017). Despacho n.º 7136/2017. *Diário da República*, 2ª série, n.º 157, 17635.
- Administração Interna [AI] (2018). Despacho n.º 3317-A/2018. *Diário da República*, 2ª série, n.º 65, 9530/ (2) -9530/ (10).
- Amaral, L. (2018a). Floresta Portuguesa. In *Portal Voz do Campo*. Acedido em 15 de fevereiro de 2019 em <http://vozdocampo.pt/2017/11/13/floresta-portuguesa/>.
- Amaral, L. (2018b). Alterações Climáticas. In *Portal Voz do Campo*. Acedido em 16 de fevereiro de 2019 em <http://vozdocampo.pt/2017/11/13/alteracoes-climaticas/>.
- Assembleia da República [AR] (1986). Lei n.º 44/86 de 30 de setembro, *Diário da República*, série I, n.º 225, 2779-2783.
- Assembleia da República [AR] (1996). Lei n.º 33/96 de 17 de agosto: Lei de Bases da Política Florestal. *Diário da República*, série I-A, n.º 190, 2568-2572.
- Assembleia da República [AR] (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto, *Diário da República*, série I-A, n.º 155, 4642-4686.
- Assembleia da República [AR] (2006). Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, *Diário da República*, série I-A, n.º 123, 4586-4599.
- Assembleia da República [AR] (2009). Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de julho. *Diário da República*, 1ª série, n.º 129, 4344/ (2) – 4344/ (9).
- Assembleia da República [AR] (2014). Decreto-Lei n.º 186/2014 de 29 de dezembro. *Diário da República*, 1ª série, n.º 250, 6406-6413.
- Assembleia da República [AR] (2015). Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto. *Diário da República*, 1ª série, n.º 149, 5311-5326.
- Assembleia da República [AR] (2017). Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto. *Diário da República*, 1ª série, n.º 158, 4734-4762.
- Assembleia da República [AR] (2019). Decreto-Lei n.º 45/2019 de 1 de abril. *Diário da República*, 1ª série, n.º 64, 1798-1808.
- Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (2015). Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais. In *Portal Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial*. Acedido em 20 de fevereiro de 2019 em <https://www.adai.pt/site/index.php?module=publicRd&target=centerDetails&id=2¢erId=1>.

- Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC] (2018a). *Diretiva Operacional Nacional n.º 2 – DECIR*, Lisboa.
- Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC] (2018b). *Norma Operacional Permanente 1701/2018*, Lisboa.
- Bandeirinha, J., (2018). *As Forças Armadas e a proteção civil: as expectativas dos stakeholders*, Apresentação no Seminário de Estratégia - As Forças Armadas e a Proteção Civil: Incêndios Florestais, de 2017 para o futuro, em 6 e 7 de fevereiro, Lisboa.
- Beighley, M. & Hyde, A. (2009). *Avaliação da Gestão e Capacidade de Resposta aos Incêndios Florestais*, Beighley Consulting LLC.
- Beighley, M. & Hyde, A. (2018). *Gestão dos Incêndios Florestais em Portugal numa Nova Era: Avaliação dos Riscos de Incêndio, Recursos e Reformas*.
- Berg, B. L. (2004). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*, California: California State University.
- Blaxter, L., Hughes, C., & Tight, M. (2006). *How to research: Third Edition*, England: Open University Press.
- Caderno de Encargos [CE] (2017). *Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para o apoio do Exército à prevenção e combate aos incêndios florestais*, Lisboa: ANPC.
- Carvalho, J., & Lopes, J. (2001). *Classificação de Incêndios Florestais: Manual do utilizador*, Lisboa: EDITEIAS -Edição e Produção, Lda.
- Carvalho, E., (2019). *Prevenção Estrutural*. Apresentação no Seminário Incêndios Rurais – Uma certeza do nosso tempo, em 6 de abril de 2019, Alijó.
- Castro, C., Serra, G., Parola, J., Reis, J., Lourenço, L., & Correia, S. (2003). *Combate a incêndios florestais: Volume XIII*, Sintra: Escola Nacional de Bombeiros.
- Centro de Estudos de Incêndios Florestais. (2018). *Encontro de Reflexão sobre os Incêndios Florestais: 04 de Abril de 2018*, Coimbra: Universidade de Coimbra..
- Chefe de Estado-Maior do Exército [CEME] (2016). *Diretiva N.º 114/CEME/16 – Processo de Ativação do Regimento de Apoio Militar de Emergência*, Lisboa.
- Chefe de Estado-Maior do Exército [CEME] (2017). *Despacho N.º 44/CEME/17 – Apoio Militar de Emergência*, Lisboa.
- Chefe de Estado-Maior do Exército [CEME] (2018). *Despacho N.º 80/CEME/2018 – Normas de processamento e liquidação do Abono de ajudas de custo aos militares*

- empenhados em missões enquadráveis nas alíneas e) e f) do n.º1 do artigo 4º da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas*, Lisboa.
- Coelho, A., Reis, C., Borlinhas, V., (2019). *Militares RV/RC: Características e Perceções*, Lisboa, República Portuguesa: Defesa Nacional.
- Collins, R., Neuville, R., Claro, J., Oliveira, T., & Pacheco, A. (2013). Forest Fire Management to avoid unintended consequences: A case study of Portugal using system dynamics, *Journal of Environmental Management*, 1-9.
- Comando das Forças Terrestre [CFT] (2014). *Plano de Operações Faunos 2014 – O Apoio do Exército na Prevenção e Vigilância dos Incêndios Florestais*, Oeiras.
- Comando das Forças Terrestre [CFT] (2018). *Exercício Militar FENIX 18 Relatório Final*, Lisboa.
- Comissão Técnica Independente [CTI] (2017). *Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrogão Grande, Castanheiro de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, entre 17 e 24 de junho de 2017*, Lisboa: AR.
- Comissão Técnica Independente [CTI] (2018). *Relatório: Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental*, Lisboa: [AR].
- Conselho Superior de Defesa Nacional [CSDN] (2014). *Missões das Forças Armadas – MIFA 2014*, Lisboa.
- Costa, E., (2019). *Comunicações de Emergência em Teatro de Operações*. Apresentação no Seminário Incêndios Rurais – Uma ceterza do nosso tempo?, em 6 de abril, Alijó.
- Cruz, M., (2018). *As Forças Armadas na prevenção estrutural, operacional e combate*, Apresentação no Seminário de Estratégia - As Forças Armadas e a Proteção Civil: Incêndios Florestais, de 2017 para o futuro, em 6 em 7 de fevereiro, Lisboa.
- Defesa Nacional: Gabinete do Ministro. (2017). *Despacho*, Lisboa: Assembleia da República.
- Diário da República [DR] (2017). *Parte L – Contratos públicos: Anúncio de procedimento nº2881/2017, 2ª série, Nº70*, Lisboa.
- Estado-Maior do Exército [EME] (2017). *Plano Lira – Apoio do Exército no Combate aos Incêndios Florestais*, Lisboa.
- Estado-Maior do Exército [EME] (2018). *Plano de Apoio Militar de Emergência do Exército (PAMEEX)*, Lisboa.

- Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA] (2018a). *Diretiva Operacional N.º 32/CEMGFA/2018 – Participação das Forças Armadas em Ações de Proteção Civil* Lisboa.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA] (2018b). *Plano Hefesto – Participação das Forças Armadas no âmbito dos Incêndios Florestais*, Lisboa.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations [FAO] (2001). *International Handbook on Forest Fire Protection*, França: Division Agriculture et Forest Méditerranéennes.
- Fortin, M.-F. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*, Loures: Lusociência.
- Gonçalves, A., & Vieira, A. (2013). *Grandes Incêndios Florestais Erosão, Degradação e Medidas de Recuperação dos Solos*, Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento Universidade do Minho.
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF] (2013). 6º Inventário Florestal Nacional. *IFN6 – Áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental em 1995, 2005 e 2010*, 1- 34, Lisboa.
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF] (2014). *Análise das Causas dos Incêndios Florestais 2003-2013*, Lisboa: Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal.
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (2017). *10º Relatório Provisório de Incêndios Florestais 2017: 01 de Janeiro a 31 de outubro*, Lisboa: Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal.
- Leite, F., Gonçalves, A., & Lourenço, L. (2011/12). Grandes Incêndios Florestais em Portugal Continental: Da História Recente à Actualidade. Em *Cadernos de Geografia n.º 30/31* (pp. 81-66), Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Leite, F., Gonçalves, A., Lourenço, L., Úbeda, X., & Vieira, A. (2013). *Grandes Incêndios Florestais em Portugal Continental como Resultado das Perturbações nos Regimes de Fogo no Mundo Mediterrâneo*, Oeiras: UEISSAFSV, INIAV.
- Lourenço, L., Fernandes, S., Gonçalves, A., Castro, A., Nunes, A., & Vieira, A. (2011/2012). Causas de incêndios florestais em Portugal continental. Análise estatística da investigação efectuada no último quinquénio (1996-2010). Em *Cadernos de Geografia* (pp. 61-80), Coimbra: Faculdade de Letras Universidade de Coimbra.

- Lyons, P., & Doueck, H. (2010). *The Dissertation: From Beginning to End*, New York: Oxford University Press.
- Mediterranean Forest Fire Fighting Training Standardisation [MEFISTO] (2018). *Forest Fire Multilingual Glossary: Portuguese Version*, Sintra: Escola Nacional de Bombeiros.
- Merriam, S. B. (2009). *Qualitative Research: A Guide to Design and Implementation*, San Francisco: Jossey-Bass.
- Mills, A., Eurepos, G., & Wiebe, E. (2010). *Encyclopedia of Case Study Research*, California: Sage Publications.
- Ministério da Administração Interna [MAI] (2013). Decreto-Lei n.º 72/2013 de 31 de maio, *Diário da República*, 1ª série, n.º 105, 3190-3199.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN] (2014). *Conceito Estratégico Militar: CEM 2014*, Lisboa.
- Nunes, C., (2019). *O Sistema de Proteção Civil na União Europeia e em Portugal – Perspetiva atuais e futuras*, apresentação no Seminário Apoio Militar de Emergência – Evolução e Tendências, em 10 de Abril de 2019, Abrantes.
- Observador Técnico Independente [OTI] (2018). *Avaliação do Sistema Nacional de Proteção Civil no Âmbito dos Incêndios Rurais*, Lisboa: [AR].
- Pereira, R., (2019) *O Apoio Militar de Emergência em Portugal, em Espanha e França – Articulação e Resposta Operacional*, apresentação no Seminário Apoio Militar de Emergência – Evolução e Tendências, em 10 de Abril de 2019, Abrantes.
- Programa de Formação [PF] (2017). *Especialização em vigilância ativa pós-rescaldo para forças militares*, Lisboa: Escola Nacional de Bombeiros.
- Pinho, J. (2014). Floresta Portuguesa. In *Portal PEFC Portugal*. Acedido em 15 de fevereiro de 2019 em <https://www.pefc.pt/certificacao-gfs/introducao/floresta-portuguesa>.
- Pordata (2019). Portugal. In *Portal Base de Dados Portugal Continental*. Acedido em 17 de fevereiro de 2019 em <https://www.pordata.pt/Portugal>.
- Presidência do Conselho de Ministros [PCM] (2006). Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, *Diário da República*, 1ª série, n.º 102, 3511-3559.
- Regimento de Apoio Militar de Emergência [RAME] (2017). *Seminário sobre o Balanço do apoio do Exército nos Incêndios de 2017*, Apresentação entre 5 e 6 de dezembro de 2017, Abrantes.

- Rego, F. C. (2018). *Os grandes incêndios de 2017*. Apresentação no Seminário de Estratégia - As Forças Armadas e a Proteção Civil: Incêndios Florestais, de 2017 para o futuro, em 6 em 7 de fevereiro, Lisboa.
- República Portuguesa [RP] (2018). *Aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual, a realizar pela ANPC*, Lisboa.
- Relatório Preliminar [RPR] (2017). *Concurso Público com Publicidade Internacional N°001/ANPC/2017*, Lisboa.
- Resolução do Conselho de Ministros [RCM] (2013). Resolução do Conselho de Ministros n.º19/2013, *Diário da República*, 1ª série, n.º67, 1981-1995.
- Santos, F. D. (2006). Problemática das Alterações Climáticas no Início do Século XXI. Em F. Santos, & P. Miranda, *Alterações Climáticas em Portugal Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação: Projecto SIAM II* (pp. 17- 43), Lisboa: Gradiva.
- Silva, M., Santos, A., & Anderson, M. (2009). *Glossário da Proteção Civil*, Lisboa: ANPC.
- Tedim, F., Remelgado, R., Borges, C., Carvalho, S., & Martins, J. (2013). Exploring the occurrence of mega-fires in Portugal. Em P. Attiwill, & D. Binkley, *Forest Ecology and Management* (pp. 86-96). Elsevier.
- Tracy, S., (2013). *Qualitative Research Methods*, Inglaterra: Wiley-Blackwell.
- Viegas, D., Lourenço, L., Neto, L., Monteiro, J., Pais, M., Ferreira, A., & Machado, M. (1988). *Análise do Incêndio Florestal ocorrido em Arganil/Oliveira do Hospital de 13 a 20 Set. 1987*, Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia: Seção Autónoma de Engenharia Mecânica.
- Viegas, D., (2017). *O Complexo de Incêndios de Pedrogão Grande e Concelhos Limítrofes, iniciado a 17 de junho de 2017*, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Viegas, D., (2019) *A investigação e o desenvolvimento tecnológico na área de apoio militar de emergência – perspetivas atuais e futuras*, apresentação no Seminário Apoio Militar de Emergência – Evolução e Tendências, em 10 de Abril de 2019, Abrantes.
- Yin, R. K. (2003). *Case Study Research Design and Methods: Third Edition*, California: Sage Publications.

APÊNDICES

APÊNDICE A – GUIÃO DE ENTREVISTA

Gostaria antes de mais de agradecer-lhe a disponibilidade. Sou o Aspirante de Infantaria Stephane Ferreira e de momento estou a realizar o meu trabalho de investigação aplicada, subordinado ao tema “O Apoio do Exército à Proteção e Salvaguarda de Pessoas e Bens. Estudo de Caso – Incêndios Rurais de 2017”.

Como sabe, os incêndios rurais no ano de 2017 foram trágicos para Portugal, por variadíssimas razões. A dimensão da catástrofe é ilustrada pela grande quantidade de hectares de área queimada, mas sobretudo pelo número de mortes registadas, mais de cem.

Posterior a esse ano o assunto dos incêndios rurais tomou prioridade para entidades civis como a ANEPC mas também para o meio militar de forma a se reformularem ações e estabelecerem reformas de prevenção e combate aos incêndios.

O seu contributo é muito importante para a investigação porque no nosso entendimento pode ajudar-nos a compreender o fenómeno dos incêndios rurais e perceber em que medida o Exército Português pode otimizar os seus recursos no apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens.

A entrevista terá uma duração de aproximadamente 30 minutos e será gravada em áudio após a devida autorização ser concedida.

2. Identificação do Entrevistado

Nome:

Posto:

Função:

Local:

Data:

3. Entrevista

Todas as respostas dadas nesta entrevista serão analisadas para retirar o seu conteúdo fundamental para a investigação. Dada a relevância do seu contributo agradecia que as respostas sejam mais completas possíveis.

Corpo de Questões:

Questão n.º 1

-É capaz de identificar as dificuldades sentidas na aplicação dos recursos humanos e materiais do Exército no apoio aos incêndios de 2017?

R:

Questão n.º 2

- Na sua opinião concorda que o emprego dos meios do Exército foi o mais adequado? Melhorava alguma situação? Identificou alguma situação que correu menos bem?

R:

Questão n.º 3

- No seu entendimento, as entidades civis aproveitam corretamente as capacidades que o Exército Português possui, para apoiar nas missões de proteção civil? Melhorava alguma situação?

R:

Questão n.º 4

- Existe margem para otimizar ou rentabilizar os meios e recursos do Exército que apoiam as entidades civis no âmbito de apoio aos incêndios?

R:

Questão n.º 5

- Se pudesse melhorar a formação dos militares que atuam no apoio aos incêndios rurais que opções seriam viáveis?

R:

Questão n.º 6

- Como militar mais graduado, sente que militares estão preparados para o participar em missões no âmbito da proteção civil contra os incêndios? Identifica algum impedimento?

R:

Questão n.º 7

- Existe o acordo do Exército com a ANEPC, para a aquisição de equipamento de proteção individual, atualmente o Exército já está equipado com estes meios? Se não, é capaz de identificar a razão?

R:

Questão n.º 8

- Tendo em atenção a realidade porque está a passar o Exército Português, como observa o futuro do Exército nas missões de apoio civil, nomeadamente nos incêndios rurais?

R:

Questão n.º 9

- Identifica boas práticas que já estão a ser aplicadas no Exército em matérias de apoio aos incêndios rurais?

R:

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Apêndice B. 1 – Entrevista N.º 1

Questão n.º 1

R: Consigo identificar algumas situações que não correram assim muito bem e dificultaram os trabalhos. O facto de a mobilização dos nossos meios ocorrer mais rápido do que o estabelecido nos estados de alerta, ou seja nem sempre os estados de alerta eram corretamente atualizados. O facto de os pedidos feitos serem próximo ou durante o do fim-de-semana, muitos desses pedidos que eram para missões de patrulhamento, este foi um dos fatores que levou a que muitos militares rescindissem o contrato com o Exército. Outra dificuldade sentida prende-se com o facto de empenharem logo à partida os nossos destacamentos de engenharia, quando o previsto é serem apenas empregues como última prioridade. Uma última dificuldade sentida relacionou-se com as operações nas cozinhas de campanha, nós fornecemos os meios e recursos humanos, mas os géneros eram atribuídos pelas autarquias, muitas vezes tarde e a más horas, e que com isto os nossos militares confeccionavam as alimentações como podiam com o que tinham, sendo alvo de muitas críticas e protestos pelas diversas entidades que consumiam nas nossas cozinhas. Nos dias de hoje isso já não acontece, nós levamos tudo e fazemos as ementas e refeições mediante o número que é pedido, o que acontece é que o número de refeições pedidas em algumas situações não corresponde à realidade, aparecem mais.

Questão n.º 2

R: Relacionando com a questão anterior, o emprego dos meios foi o solicitado pela ANEPC. Abordando aqui a questão da articulação, o centro de operações presente no RAME foi uma mais-valia para o que aconteceu em 2017, nos moldes anteriores seria muito pior. Este centro de operações é uma sala dedicada para a coordenação e regulação de todos os meios que o Exército disponibiliza e emprega nos TO até ao momento que voltam a quartéis, com este modelo respondemos bem em 2017.

Questão n.º 3

R: Não aproveitam, normalmente utilizam os militares como fonte de concorrência, para fazerem trabalhos que entidades civis não querem ou não conseguem fazer, exemplo disso são os patrulhamentos e os nossos destacamentos de engenharia. Somos bons no que fazemos. Existem um mau relacionamento das entidades civis com o Exército, acham que somos desorganizados e sem conhecimento das nossas capacidades.

Questão n.º 4

R: Sim existe sempre algo que pode ser melhorado, mas também podiam ser melhor rentabilizados se aproveitassem todas as nossas capacidades, o que não acontece.

Questão n.º 5

R: A formação é melhor do que no passado, mas é possível melhorar porque a área dos incêndios tem múltiplas áreas em que podemos atuar como, por exemplo, na evacuação e apoio psicológico. Carece, no entanto de muita prática, formação e treinos conjuntos para que depois no operacional e numa situação real as coisas funcionem de forma ágil e fluída. A formação é ministrada no RAME e direcionada não só para os pelotões de rescaldo e patrulhamento, mas também para o grupo de comando, os destacamentos de engenharia e também para os representantes das FFAA para saberem como atuar. Esta formação deve-se em parte porque existe muita rotatividade dos nossos militares e como tal todos os membros novos em funções novas devem receber as formações, quem já possui a formação não repete. Para o TO são mobilizados todos os meios humanos possuidores ou não de formação.

Questão n.º 6

R: Sim estão preparados para a tipologia de missões. A formação é cada vez melhor, preparando mais os nossos militares, apesar de os efetivos não ajudarem muito.

Questão n.º 7

R: O acordo que tínhamos para equipar 60 pelotões do Exército já aconteceu, mas não está previsto nenhum reforço ou substituição do material. Em 2017, existiam alguns pelotões que não estavam equipados fruto do atraso que houve ao nível político para a concretização do reequipamento dos nossos militares.

Questão n.º 8

R: Cada vez é mais difícil para o Exército apoiar nas missões de apoio civil, são pedidos sazonais e cada vez mais dispersos e intensos, e portanto temos dificuldade em responder em grande parte devido à falta de efetivo que cada vez mais se faz sentir. Torna-se portanto difícil substituir os homens, acabam por ser sempre os mesmos, o que não pode acontecer na medida em que estas missões são extremamente desgastante física e psicologicamente e portanto temos de garantir a segurança dos nossos militares.

Questão n.º 9

R: As boas práticas que identifico relacionam-se com a melhor formação que os nossos homens recebem e com os treinos conjuntos que já existem que permitem treinos de técnicas e procedimentos para uma situação real mas também servem para nós mostrarmos as várias capacidades que nós temos.

Apêndice B. 2 – Entrevista N.º 2

Questão n.º 1

R: A primeira dificuldade sentida relaciona-se com o facto de o RAME estar completamente operacional em novembro de 2016 e estes incêndios ocorrerem a 17 de junho de 2017, ou seja foi um empenhamento muito recente, numa altura impensável como foi em junho e também mais tarde em outubro. Outra dificuldade sentida foi o empenho de homens que não estavam corretamente equipados, havia um processo de reequipamento que estava anunciado mas só se concretizou em 2018. Ainda se equacionou empenhar os militares só quando tivessem os equipamentos, mas dada a tragédia isso não se aplicou, foram com o que tinham e como podiam. A agravar a situação foi o facto de a solicitação ter ocorrido no fim-de-semana, ou seja, havia que chamar os militares. Em outubro teve um traço similar de ocorrer também numa altura improvável e o fato de ter ardido muito mais em outubro e em muitos locais diferentes dificultou o empenhamento dos meios do Exército. O nosso empenhamento não se traduziu só nos pelotões de rescaldo mas também nas máquinas de engenharia, equipas de deteção de vítimas, apoio na evacuação, entre mais módulos com que o Exército é capaz e foi capaz de apoiar em 2017. De realçar também o enorme empenhamento que tivemos nas patrulhas de vigilância e dissuasão, foram solicitados com mais frequência.

Questão n.º 2

R: Foi o mais adequado, dadas as circunstâncias da altura. Melhorava o facto de não haverem EPI, ferramentas em número adequado para os militares, o que fazia com que o nosso empenhamento não fosse o melhor e a falta deste equipamento aumentou o risco a que os nossos homens foram submetidos, o que não acontece hoje em dia. Houve muito material danificado neste ano.

Questão n.º 3

R: Penso que não aproveitam. Isto é, não aproveitavam, aos poucos vão aproveitando mais. Em parte porque nós ainda não tínhamos as coisas estruturadas de modo a dar conhecimento das diferentes valências, por exemplo como constatei no terreno com o módulo de apoio psicológico, diversas entidades não sabiam as nossas capacidades. Exemplo do que se faz para demonstrar as capacidades são os treinos conjuntos como o FENIX ou até mesmo com a realização de seminários. O que melhorava então é esta situação do conhecimento pelas diversas entidades, uma vez que temos valências ímpares como na área da saúde que nem sempre são aproveitadas. Relativamente à articulação do Exército com a Proteção Civil, a celeridade dos dias de hoje tem mais a ver com a melhor organização do

Exército para este efeito, por exemplo se em 2017 não se tem o centro de operações do RAME ativo, e se funciona-se-mos nos moldes antigos seria ainda mais complicado para nós conseguirmos atuar e apoiar.

Questão n.º 4

R: Sempre. Houve uma evolução ao nível dos EPI, mas não chega só o fornecimento, é necessário uma manutenção cuidada, e que o protocolo para reequipamentos e substituição de material vá ocorrendo antecipadamente para que nas situações difíceis consigamos responder. Importa também falar relativamente às viaturas, no ano de 2017 sofreram grande desgaste, e nem sempre eram as mais indicadas, agora recentemente recebemos mais 23 viaturas novas para apoiar nestas situações, viaturas bem equipadas e com tecnologia de comando e controlo. Portanto, há sempre espaço para melhorar, em termos de equipamento, comunicações, comando e controlo, viaturas, iluminação nas máquinas de rasto, cozinhas de campanha.

Questão n.º 5

R: A formação é algo que tem estado a correr bem, tem uma formação de 3 dias no RAME. É uma formação voltada para rescaldo e também uma parte mais específica para os destacamentos de engenharia. A formação está a dar passos largos no sentido que está cada vez mais otimizada, centralizada e mais direcionada não só para aspetos de como atuar no incêndio mas também em aspetos de segurança, prática e manuseamento. Deve-se apostar na formação desta vertente do apoio nos militares que vão entrar no quadro, porque são vocês que daqui a pouco tempo vão ser os Cmdts e vão estar no terreno e é necessário saber intervir e como o fazer nas diversas situações. Nunca é demais apostar na formação e treino, ganhar-se rapidez. Seria vantajoso participar em exercícios conjuntos internacionais e também ter militares que frequentem a UME, é uma unidade de ponta.

Questão n.º 6

R: A formação que os nossos militares recebem, torna-os capazes e preparados para as missões de apoio civil. Uma situação inquestionável é que estas solicitações ocorrem em períodos de efetivo mais reduzido, o que dificulta a gestão dos homens. Para evitar isto, e conseguir obter alguma previsibilidade com o PAMEEX, criou-se a escalas de serviço que definem unidades em “reserva” para atuarem em alguma situação, deixando as restantes mais livres, isto não se verificou em 2017, mas também nesse ano não havia nenhuma escala de que valesse.

Questão n.º 7

R: Foram eles que nos adquiriram os EPI. Não está perfeito mas está melhor do que estava. Neste momento somos capazes de responder a diversos pedidos, estamos equipados e prontos para isso, contudo é preciso dar continuidade ao processo de reequipamento e substituição do material, para que nas situações que faça falta o equipamento esteja presente. Estes equipamentos adequados permitem também reduzir em muitos os custos. O que melhorou também foi a situação das ajudas de custo, em 2017 não havia. É uma recompensa pelas horas empenhadas pelos nossos militares. Estas ajudas de custo e reequipamento são inicialmente assegurados pelo Exército mas a ANEPC mais tarde reembolsa. Havia e ainda existe em parte a lacuna na engenharia, de não trabalhar à noite por falta de iluminação, chegou a atuar à noite e vi mas com apoio de um carro de bombeiros.

Questão n.º 8

R: O pouco efetivo vai-se repercutir em todas as missões assim como nestas de apoio civil. Neste âmbito do apoio aos incêndios uma grande fatia dos empenhamentos prende-se com as patrulhas de vigilância, que empenha um grande número de militares, porém as ajudas de custo moraliza a tropa a se voluntariar nestas missões. Mas obviamente o nível de empenhamento vai ter de ser reajustado com o efetivo que existe no momento, que tem consequências visíveis como o número de pelotões que tínhamos disponíveis e que tem vindo a reduzir. Mas no futuro estas missões vão continuar a acontecer e é importante os nossos militares perceberem também que é tão importante o que se faz cá dentro como lá fora, muito do que se faz lá fora insere-se no apoio ao desenvolvimento e bem-estar.

Questão n.º 9

R: Sim, identifico. Muitas vezes a formação destes militares é vocacionada não tanto para a componente mas sim para técnicas de como atuar em situações críticas e de possível perigo. Estas formações contribuem também para o conhecimento mútuo entre as pessoas que se torna mais vantajoso e facilitador nas situações de dificuldade. Os treinos conjuntos põe em prática e dão a conhecer as nossas capacidades para as diversas entidades, estes treinos metem a funcionar a articulação entre entidades e serve também para verificar se existem falhas nos planos, formação e contribui também para que as pessoas se conheçam. Uma boa pratica mais relacionada com a gestão foi a alteração da orgânica dos pelotões, a partir de 2018 utilizam-se pelotões com 15 soldados permitindo assim mais rotatividade e descanso para os militares.

Apêndice B. 3 – Entrevista N.º 3

Questão n.º 1

R: A disponibilidade de recursos humanos para a realização deste tipo de missões, apesar do esforço conjunto entre a ANEPC e o Exército na realização de ações de treino operacional para o efeito; A reduzida disponibilidade de equipamentos adaptados às missões previstas no quadro dos incêndios florestais (EPI, ferramentas manuais e viaturas).

Questão n.º 2

R: De uma forma geral diria que o emprego de meios foi o possível no quadro da disponibilidade e das capacidades do Exército. Como oportunidade de melhoria considera-se como fundamental existir uma estabilidade de militares, disponíveis para esta função, os quais com a devida formação e equipamento adequado poderão otimizar a sua intervenção.

Questão n.º 3

R: Creio que sim. Este aproveitamento não é mais profundo apenas pelo facto de as capacidades disponíveis serem partilhadas com as restantes funções do exército, o que condiciona a sua disponibilidade em determinados períodos.

Questão n.º 4

R: Existirá margem de otimização ao nível da estabilidade de meios humanos e materiais, situação que permitiria dar maior continuidade aos programas de formação e treino que anualmente se repetem para novos militares, sem que este conhecimento se mantenha residente na instituição.

Questão n.º 5

R: Melhoria de capacidades no âmbito do rescaldo e vigilância ativa após incêndio; Melhoria das capacidades de apoio logístico em operações mais complexas

Questão n.º 6

R: Não respondeu.

Questão n.º 7

R: O plano em vigor entre a ANEPC e o Exército é o Plano Hefesto. Em 2017 foram adquiridos equipamentos para intervenção e EPI, repondo-se algumas dificuldades sentidas.

Questão n.º 8

R: As missões do exército neste âmbito se deverão manter, sendo que a realização de mais ações de vigilância e dissuasão em complemento do dispositivo coordenado pela GNR poderá ser uma margem de maior progressão e envolvimento do Exército

Questão n.º 9

R: Todas as ações previstas no quadro do Plano Hefesto.

Apêndice B. 4 – Entrevista N.º 4

Questão n.º 1

R: Identifico algumas dificuldades sentidas no ano em questão, nomeadamente o facto de existirem exercícios (por ex: Orion) que se realizam no verão, simultaneamente com o período dos incêndios. Outra dificuldade está relacionada na nomeação do pessoal porque o período dos exercícios é muito próximo dos incêndios e o pessoal quer tirar férias. Foram sentidas dificuldades relacionadas com os equipamentos e meios para as missões, por exemplo, a falta de viaturas, fardamento e ferramentas desadequadas. Sendo um ano atípico do habitual este ano de 2017, marca-se pelo grande empenhamento do Exército em termos de números, mas sobretudo pela aplicação dos vários módulos e valências que o Exército possui.

Questão n.º 2

R: O Exército é solicitado sempre em apoio e não nos inícios dos incêndios. Mesmo assim, os meios do Exército responderam abaixo do tempo previsto no Estado de Alerta Especial em vigor à data, e temos até o caso do destacamento de engenharia do RE3 ser dos primeiros a chegar ao local por estar já a realizar trabalhos em Pedrogão. Nos incêndios de outubro foram levantados protestos com a alimentação fornecida, essa situação aconteceu porque não eramos nós que controlávamos os géneros e o efetivo, bem como a forma de distribuição.

Questão n.º 3

R: Até ao ano de 2017 a maioria dos pedidos de apoio focavam-se nos pelotões de rescaldo e patrulhas de vigilância, tendo o Exército apoiado com grande esforço em termos de efetivo. A proteção civil começa agora a fazer uso/pedidos dessas outras capacidades (os módulos de intervenção). Esta aplicação de capacidades devem-se em parte à divulgação feita pelo Exército, por exemplo com o FENIX. Contudo, externamente as entidades civis não promovem muitos as nossas valências e capacidades.

Questão n.º 4

R: Existe sempre, temos capacidades que precisam de ser treinadas em conjunto com outros agentes de proteção civil e outros que foram recentemente levantados que podem ser explorados, como é o caso do uso dos drones para fins de reconhecimento, vigilância e identificação de reacendimentos.

Questão n.º 5

R: Desde 2017 que temos uma formação certificada na área. As formações são ministradas no RAME com apoio da ANEPC, através da FEB que dá formação voltada para

X

os pelotões de rescaldo, aos nossos militares durante 3 dias (1 teórico e 2 práticos). Em 2017 formamos um total de 60 pelotões para os incêndios, em 2018 55 pelotões e em 2019 42 pelotões, isto representa que já temos alguns militares nas fileiras com formação na área, o que é bom. Para melhorar a formação, apostava no comando e controlo, isto é, nas comunicações para um melhor manuseamento dos meios, e dar mais formação na plataforma SIRCAPE PP que nos permite registar todos os dados relativos ao incêndio e no final do período crítica fazer uma análise através das estatísticas sobre o empenhamento dos meios e recursos do Exército nos incêndios desse ano. Melhorava a formação dos destacamentos de engenharia, tornar a formação planeada anualmente, mais organizada, porque realmente nos incêndios de 2017, os nossos militares de engenharia tinham a instrução de como manusear os meios, mas não tinham a formação de como atuar no combate aos incêndios. Reforçava também a formação nas restantes áreas dos módulos de intervenção do Exército, por exemplo, da purificação da água que tem caído e ficado para trás um pouco.

Questão n.º 6

R: Sim estão preparados. O Exército no âmbito do apoio aos incêndios atua nos 3 pilares do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios. No primeiro pilar, a prevenção estrutural em articulação com o ICNF, faz operações de vigilância e com a engenharia abertura de faixas de contenção. No segundo pilar, na prevenção operacional em coordenação com a GNR é a continuação da vigilância e deteção que continuamos a estar preparados para essas tarefas. O terceiro pilar com a ANEPC, para o combate aos incêndios é feito através dos destacamentos de engenharia. Existe também a questão dos efetivos que não ajuda no apoio em missões de apoio civil, isto é, o PAMEEX trouxe a realidade do Exército apresentando apenas 10 pelotões de rescaldo e 40 para patrulhas de vigilância disponíveis, ao contrário dos 30 pelotões de rescaldo previstos no Plano Lira em 2017, em parte também devido à falta de EPI. Portanto, acho que estamos preparados para a tipologia de missões a desempenhar no apoio aos incêndios, nomeadamente a abertura das faixas de combustível, vigilância dos espaços, vigilância aramada (equipadas para o combate os incêndios) e sensibilização que deveria ser melhor aproveitada e organizada. Apesar de num despacho do protocolo Plano FAUNOS estar previsto o combate direto aos incêndios, temos deixado cair essa missão que na minha perspetiva está correto. O impedimento que identifico é o número de efetivos que tem reduzido drasticamente, o que dificulta as missões de apoio, pois para o rescaldo é necessário um grande número de militares.

Questão n.º 7

R: O Plano Vulcano é atualmente o Plano Faunos. O equipamento que tivemos até 2010 provinha do Plano Vulcano que era entre o Exército e a Autoridade Florestal Nacional (atual ICNF). Em 2017, os militares não estavam bem equipados e as ferramentas não eram adequadas, mas em 2018 recebemos EPI e equipamos os 60 pelotões que receberam a formação, com recurso a um fundo europeu. Para as operações de rescaldo os militares estão equipados e tem ferramentas, o problema disto é que carece de constante renovação, e portanto deveríamos ter um *stock* maior para que cada militar tivesse o seu EPI. Deve-se aplicar o protocolo previsto no PAMEEX para a renovação dos EPI e ferramentas. Já para as missões de vigilância existe um problema com as viaturas, elas sofrem muito desgaste e precisam de ser renovadas, apesar de recebermos agora 23 novas viaturas para vigilância.

Questão n.º 8

R: O futuro de tipologia de missões em apoio aos incêndios deve passar a focar-se na vigilância e patrulhamento e não tanto ao rescaldo por não ser uma tarefa iminentemente militar. O futuro passa também por empenhar outras capacidades do Exército previstas no PAMEEX e não tanto nos pelotões de rescaldo, porque esgotam muito efetivo das fileiras. Como forma de motivar e cativar militares a partir de 2018, estes receberam ajudas de custo, o que não se verificou em 2017.

Questão n.º 9

R: Em 2017 os militares não tinham nenhuma previsibilidade para programarem os seus fins-de-semana, férias, entre mais, com isto em 2018 uma melhoria vinda com o PAMEEX foi a criação de escalas de previsibilidade de unidades, que anuncia quando uma unidade está de “reserva” para atuar em alguma situação, deixando as restantes “livres” para que os militares programassem a sua vida. Boas práticas identifiquei no comando e controlo através da criação da plataforma SIRCAPE PP, que permite um bom registo, estatísticas e relatórios do observado no terreno. A parte de contribuímos com módulos de intervenção diferenciados é uma lacuna que já estamos a colmatar, por exemplo a alimentação em Monchique que apoiou a ANEPC. Outra boa prática está presente nos treinos com outros agentes de proteção civil por exemplo o exercício FENIX. Antes de 2018 não existia estes treinos e com isto permite-nos também divulgar e dar a conhecer as várias capacidades que temos e não só a vigilância e rescaldo que todos sabem.

Apêndice B. 5 – Entrevista N.º 5

Questão n.º 1

R: As dificuldades sentidas são essencialmente o tempo de duração de algumas tipologias de meios, nomeadamente o emprego das Máquinas de Rasto (MR). Um incêndio é um evento dinâmico, o despacho de meios tem de ser uma resposta rápida e nem sempre o tempo de chegada aos Teatros de Operações é o mais ajustado. Seria importante estas MR serem pré-posicionadas de acordo com o Risco de Incêndio Florestal, com a implementação desta medida, o tempo de resposta seria reduzido. As MR devem ser portadoras de sistema de iluminação com capacidade para operar no período noturno. Foi solicitado às FFAA a necessidade de pré-posicionamento de MR, e a resposta foi não ser possível devido a este tipo de equipamentos ter outras tarefas a serem executadas. Outro ponto de melhoria, as patrulhas dissuasoras e os pelotões militares, devem ser autossustentadas, as patrulhas devem ser portadoras de ração de combate, cartão de combustível frota e jerricans atestados, estas medidas permitem autonomia, face aos inúmeros constrangimentos em operações complexas

Questão n.º 2

R: Respondi na 1ª Questão, o pré-posicionamento é importante e a autossustentação.

Questão n.º 3

R: As entidades civis nem sempre tem janelas de oportunidade para aplicar os meios a trabalho e a segurança dos operacionais não pode ser descurada. Para se perceber o que estamos a falar, o Processo de Decisão Operacional define-se em duas fases, nomeadamente, a Fase da Decisão e a Fase da Atuação. Consta a de Fase de Decisão, a organização do TO e a avaliação de Riscos e Benefícios em cada sector do TO, os riscos identificados são possíveis estradas, povoações, zonas industriais e outros locais de valor que venham a ser afetados, quanto aos benefícios são janelas de oportunidade onde se podem meter meios a trabalho permitindo assegurar a segurança dos operacionais.

Quando não existe possibilidade de emprego de meios na Zona Sinistrada, os meios encontram-se no TO, na Zona de Concentração e Reserva (ZCR) sem missão atribuída, isto não significa que os meios que foram solicitados em reforço estão a ser mal empregues.

A aposta dos militares, passa por ações de vigilância, o patrulhamento dissuasor, que permite que os militares estejam visíveis, promovendo com a sua presença ações de sensibilização.

Questão n.º 4

R: Era importante capacitar as FFAA com meios dedicados a missões de proteção civil, nomeadamente, as patrulhas serem efetuadas com Veículos Ligeiros de Combate a

XIII

Incêndios, com capacidade de combate de 1ª intervenção (Ataque inicial), sendo necessário que a guarnição tivesse formação e estivesse dotada de EPI.

Questão n.º 5

R: A formação só é viável se houver meios materiais, a atual formação está a ser ministrada no RAME, destinada aos pelotões militares em ações de rescaldo com o apoio de ferramentas.

Questão n.º 6

R: Estou fora do Ramo, não tenho dados para avaliar esta questão.

Questão n.º 7

R: A ANEPC fez a entrega de EPI ao Exército, desconheço se existe algum constrangimento, relativamente ao detalhe, por exemplo, tamanhos dos EPI.

Questão n.º 8

R: O efetivo do Exército tem vindo a reduzir e reflete-se no emprego dos recursos humanos em missões de proteção civil.

Questão n.º 9

R: A criação do RAME, Sistemas de Comunicações, Formação no RAME, a criação de um plano integrado, o PAMEEX, um documento transversal a cenários de acidentes graves e catástrofes, com o emprego das diversas valências.

Apêndice B. 6 – Entrevista N.º 6

Questão n.º 1

R: Os pedidos de apoio solicitados pela ANEPC, por norma eram sempre feitos após o horário de serviço (após as 17h), que causava grandes dificuldades, isto porque apesar de a informação chegar às U/E/O, o acionamento dos meios tornava-se mais demorado, uma vez que os militares não se encontravam na unidade, o mesmo acontecia com as solicitações que eram feitas durante o fim-de-semana, havia que chamar os militares que estavam em casa e o grau de prontidão era um pouco mais alargado. Apesar desta situação o Exército em média teve um grau de prontidão entre as 6 e 8h durante a semana e entre as 10 e 12h ao fim de semana, isto tudo quando a ANEPC tinha o Estado de Alerta Azul, ou seja, com um grau de prontidão para os Módulos de Intervenção de 24h.

Questão n.º 2

R: O emprego dos meios foram aqueles que eram solicitados pela ANEPC. Os meios quando chegam ao TO estão sob comando do COS. É o COS que se encontra no TO, que determina quais os meios e faz a solicitação dos meios, importa também referir que atualmente a coordenação do Exército com a ANEPC é mais célere que no ano de 2017.

Questão n.º 3

R: Atualmente penso que sim. Verifica-se que existe um melhor conhecimento das nossas capacidades e meios, pelo que se verifica uma melhor gestão dos meios e capacidades. Melhorava a passagem dos conhecimentos das nossas capacidades às entidades externas, isto porque sinto que esta correta aplicação das nossas capacidades se deve em parte pelo Comandante Operacional da ANEPC ser militar e estar ciente das nossas capacidades e meios, o que não se verificava antes do General Cmdt Duarte da Costa.

Questão n.º 4

R: Os meios e recursos disponíveis no Exército sejam eles logísticos ou de vigilância, podem sempre ser melhorados. Uma situação que poderia ser reavaliada para otimizar, seriam os tempos de resposta às solicitações, embora os tempos sejam sempre cumpridos, podiam-se melhorar. A criação do Grupo de Intervenção Imediato, como o que existe na UME que está pronta a atuar em 15 minutos. Ter uma força na Unidade, no RAME e porque não em cada Unidade, pronta a atuar que englobasse determinadas capacidades requeridas no TO, como comando e controlo, logística, combate ao incêndio, entre outras.

Questão n.º 5

R: As ações de formação ministradas aqui no RAME são neste momento adequadas para o tipo de missões a desempenhar no TO. Esta formação tem um total de 3 dias

XV

destinados para o apoio militar de emergência, 1 dia teórico e 2 dias práticos com o apoio da FEPC. Contudo seria importante melhorar aspetos na formação relacionados, por exemplo, com as comunicações rádio e a informação pública. Esta informação pública porque se poderiam aproveitar os militares que estão em missão de patrulhamento para fazerem ações de sensibilização próximo das populações.

Questão n.º 6

R: Sim, temos militares prontos para atuar no espectro das missões estipuladas, de rescaldo e vigilância, mas 2017 não foi um ano fácil para motivar os homens. As solicitações eram muitas em vários TO, e por inerência o empenhamento também foi muito. Foi um ano de muito trabalho, muitas horas de patrulha, apoio ao combate, serviço nas unidades. Não foi fácil para os Cmdts gerir os seus militares.

Questão n.º 7

R: Atualmente temos equipamento de proteção individual e ferramentas manuais para equipar 60 pelotões e coloca-los no TO. Não representa os 100% do Exército Português mas isto é um processo evolutivo. Em 2017, não tínhamos nenhum equipamento como temos atualmente. Em 2017 foi lançado um concurso público pela ANEPC com o objetivo de atribuir ao Exército o equipamento necessário às ações a desempenhar no âmbito de rescaldo, garantindo assim mais proteção aos militares e a sua segurança física. Estes equipamentos atribuídos seriam para equipar 60 pelotões.

Questão n.º 8

R: Desde sempre o Exército teve um papel no apoio à população. Atualmente a população precisa que as FFAA sejam um garante da sua segurança e dos seus bens. Os militares tem de estar preparados para apoiar a população com as missões definidas. A população também gosta de ver o apoio prestado pelas FFAA.

Questão n.º 9

R: No apoio aos incêndios rurais, o Exército garante os aspetos no âmbito das ações de vigilância e deteção. O garante de apoio logístico em pouco tempo pelo Exército é uma vantagem de ter um exército disperso pelo país, conseguimos assim apoiar as entidades civis através de várias valências de apoio específico, realçando a vigilância como boa prática porque é uma missão que conseguimos e sabemos fazer o que já não acontece com o combate direto aos incêndios, seria uma prática negativa.

Apêndice B. 7 – Entrevista N.º 7

Questão n.º 1

R: Comando e controlo. Dificuldade da ANEPC em coordenar todos os meios disponíveis no Teatro de Operações [TO].

Comunicações. Por vezes era difícil, ou até mesmo impossível estabelecer contacto quer entre as próprias forças no terreno, quer com a unidade (comandante de companhia/ oficial dia) por falta de rede.

Equipamento de Proteção Individual EPI. Em 2017 ainda não havia EPI, só em 2018 é que foi fornecido tanto para os Destacamentos de Engenharia como para o Pelotão PAMEEX.

Stress e cansaço. O ano de 2017 foi dos anos com maior número de apoios por parte dos Destacamentos de Engenharia (DE), sendo grande parte desses apoios de grande exigência física, psicológica e técnica. Alguns dos fatores que contribuíram para o stress e o cansaço: foram as poucas horas de descanso, falta de rotina nas refeições (muitas das vezes o pessoal almoçava às 15h00 ou jantavam depois das 22h00), as dimensões das chamadas que muitas das vezes estavam próximas das máquinas, os imprevistos que frequentemente ocorriam nos TO (avarias de equipamentos, furos em pneus, etc) e o próprio desespero da população (ver pessoas a perder os seus pertences [animais, casas, carros] são sempre momentos que permanecem nas memórias das pessoas).

Questão n.º 2

R: Nem sempre o emprego dos meios foi o melhor. Algumas das vezes os meios foram acionados para locais onde os DE pouco trabalho fizeram, o que a meu ver nessas situações não justificou o seu apoio. Já o pelotão PAMEEX que saiu do regimento para a Lousã em outubro e no qual fui comandante, achei que o seu emprego foi bastante útil para apoiar no combate do incêndio. O pelotão desempenhou tarefas de rescaldo. Na área em que o pelotão estava a vigiar, evitou mais de 6 reacendimentos apenas numa manhã. Isto mostra a importância das missões de rescaldo nos incêndios.

Questão n.º 3

R: A meu ver aproveitam corretamente. Não é só na altura dos incêndios que as capacidades do Exército são importantes. Eu estive na 1ª Companhia de Engenharia de Apoio Geral e, durante o ano inteiro apoiamos: no melhoramento de caminhos florestais em vários municípios; na execução de faixas de combustível em áreas protegidas; no apoio ao transporte de água na barragem em Viseu, etc. O problema é que nem sempre os recursos disponíveis são os suficientes para as solicitações.

Questão n.º 4

R: Creio que sim e noto que tem havido um esforço nesse sentido.

Questão n.º 5

R: Os militares que constituem os DE, por norma têm tido ao longo do ano formação quer no RAME quer em entidades civis, por forma a estarem sempre prontos para o apoio, de modo que não vejo qualquer opção.

Questão n.º 6

R: Sim estão preparados, mas para missões de combate indireto, como missões de rescaldo ou para missões de prevenção de incêndios (como patrulhas de dissuasão, desmatações, execução de faixas de gestão de combustível).

Questão n.º 7

R: Sim, pelo menos no Regimento de Engenharia N.º 1 os militares já estão equipados com estes meios.

Questão n.º 8

R: Na minha opinião o futuro do Exército passará por aquilo que tem feito até ao momento, ou seja, continuar a apoiar nas missões de apoio civil.

Questão n.º 9

R: As boas práticas que vejo a ser aplicadas são as patrulhas no âmbito PAMEEX para a dissuasão e prevenção de incêndios.

Apêndice B. 8 – Entrevista N.º 8

Questão n.º 1

R: Quanto à aplicação dos recursos humanos, pessoalmente senti que a sua formação não é a mais adequada no que toca à aplicação de técnicas relacionadas com a abertura de faixas de contenção. Isto poderá ser um fator relacionado com a falta de formação (algo que à data atual tem vindo a ser colmatado com sucessivas formações ministradas pelo Corpo Especial de Bombeiros, mas que na altura em questão ainda não estava plenamente desenvolvida) ou com a falta de equipamento adequado, o que me remete para a segunda parte da questão. O material disponibilizado constitui-se essencialmente por pás, picaretas, enxadas, ancinhos, abafadores, etc. O facto de não haver equipamentos motorizados disponíveis, leia-se motosserras ou moto-roçadoras, faz com o trabalho seja muito demorado e exija a aplicação de mais meios humanos do que os realmente necessários.

Questão n.º 2

R: Realçando que apenas estou a basear as minhas respostas na minha experiência do ano de 2017 e não em anos transatos e que, essa atuação ocorreu em outubro na zona de mortágua, creio que a aplicação dos meios militares não foi de todo a mais correta. A nossa aplicação foi feita ainda numa fase muito inicial do combate ao incêndio em questão, levando-me a crer que houve alguma precipitação no pedido para o emprego dos meios militares. Esta afirmação é reforçada pelo facto de nesse local se encontrarem três pelotões de unidades distintas, das três diferentes brigadas. Presenciando o incêndio, o combate ao mesmo, a fase de rescaldo e a aplicação de todos os três pelotões, concluo que estavam presentes no local demasiados militares para as tarefas existentes. Constatei que só foram aplicadas uma secção de cada pelotão de cada vez. Este foi o efetivo máximo empregue ao longo de cerca de três dias. Considero assim que o emprego dos meios militares não foi de todo o ideal. Na minha opinião deveriam ser empregues principalmente numa questão de prevenção. Não sendo, como é óbvio, possível prever todos os incêndios e vigiar em permanência todo o território, e sendo necessário atuar numa fase de rescaldo, acredito que têm sido empregues demasiados meios para tudo aquilo que é necessário fazer e para aquilo que a proteção civil, entenda-se Bombeiros, conseguem ou não fazer com os meios à disposição.

Questão n.º 3

R: Considerando que não tenho conhecimento de causa sobre o emprego dos meios de engenharia, que esses sim, são na minha opinião os mais fundamentais e aqueles que têm um maior impacto tanto numa fase de prevenção como numa fase de combate e rescaldo,

XIX

acredito que o conhecimento das entidades civis sobre como devem ou não aplicar os meios militares não está muito longe daquilo que é o ideal. Existe uma noção perfeitamente clara daquelas que são as nossas possibilidades por parte das entidades em questão. Também o facto de em todos os locais existir, obviamente, uma comandante de pelotão e um oficial de ligação das forças armadas, geralmente um capitão, faz com que não haja azo a uma aplicação incorreta ou que extravase as nossas capacidades. Quanto a melhorias, creio que seria mais benéfico para todos que os meios militares fossem empregues em maior força em atividades de vigilância e prevenção e que sejam dados aos nossos militares uma compensação remuneratória (algo que também já tem vindo a ser trabalhado e que, felizmente, já se tem verificado). No que toca à atuação do corpo de bombeiros penso que também há muito espaço para evolução. Notei claramente que existe uma inexperiência muito grande no que toca a navegação no terreno da sua parte. Existe ainda a falta de experiência no que toca ao comando e articulação de meios no terreno, dando a sensação de que não existe uma cadeia de comando perfeitamente definida, observando-se muitos casos de insubordinação. Acredito ainda que o facto de o comandante responsável pelas forças no local ser rodado de dois em dois dias não é de todo benéfico para a conduta das operações. Acredito que deveriam reforçar o comando com um ou dois elementos, conseguindo assim que todos acompanhassem as operações até que se desse por extinto o incêndio.

Questão n.º 4

R: Creio que com os meios materiais existentes e com o número de militares de que dispomos, não existe muita margem de progresso, no entanto é sempre possível melhorar um pouco. Penso que pode ser feita a aquisição de novos meios, como referi na pergunta número um, o que claramente permite o emprego de um menor número de militares, sendo o seu trabalho mais eficiente. Creio também que se houvesse a sensibilidade por parte da Autoridade Nacional De Proteção Civil, do Comando Das Forças Terrestres, ou até do Regimento De Apoio Militar De Emergência (não sei exatamente de quem é a responsabilidade no que toca à ativação dos meios), não seria necessário o emprego de tantos meios humanos, o que se tem revelado excessivo nos locais e origina, principalmente nas nossas praças, um sentimento de insatisfação pois sentem que não estão de todo a ser uteis naqueles momentos. Tenho a sensação que se está a dar demasiada importância aos números empregues e não à eficiência dos mesmos.

Questão n.º 5

R: Na minha opinião, contrapondo aquilo que foi a minha experiência no ano de 2017 mas também em anos anteriores, acredito que a formação atual está a dar resultados, pelo

XX

menos no que toca à atuação dos militares em atividades de rescaldo. No que respeita a atividades de vigilância e prevenção há sempre espaço a melhorar, que seja na instrução dentro das unidades no que toca a questões de navegação no terreno, capacidades dos condutores em situações de fora de estrada e utilização dos meios de comunicação. No entanto considero que os nossos militares são bastante competentes nessas áreas.

Questão n.º 6

R: Na minha opinião considero que os militares estão preparados para tal, tendo em consideração o âmbito das nossas tarefas.

Questão n.º 7

R: Tenho a noção de que existe um plano de aquisição de meios, quer seja ao nível do fardamento quer seja ao nível de equipamento de trabalho, no entanto não possuo os conhecimentos necessários para aprofundar esta questão. O único contributo que posso dar é de que nas minhas experiências apenas nos era fornecido uma farda diferente para utilizarmos que, infelizmente não dispunha de botas, que são o material mais crítico quando se caminha sobre solo quente e que mais desgaste apresenta.

Questão n.º 8

R: Acredito eu, independentemente do estado atual da instituição, que o emprego de meios no âmbito da prevenção e do combate aos incêndios florestais faz todo o sentido, uma vez que é uma questão de segurança nacional e uma calamidade cada vez mais crescente nos dias que correm. É algo que também já faz parte da nossa doutrina de referência, ainda que de uma forma algo superficial. As questões que pessoalmente mais me preocupam prendem-se com a compensação dada aos nossos militares (situação essa já em processo de correção) e com o emprego exagerado de meios humanos. Penso que é nesta última que reside a maior margem de mudança para melhorar.

Questão n.º 9

R: Na minha opinião a grande melhoria e mais-valia que tenho visto é a formação ministrada aos nossos militares, que lhes permite claramente perceberem qual a melhor forma de se organizarem e utilizarem os meios materiais à sua disposição.

APÊNDICE C – OBSERVAÇÃO INDIRETA

1 - Major Trindade³⁵

Numa conversa informal debatemos as questões dos pedidos solicitados fora de horas, dos módulos de intervenção e da sua importância, para perceber a implicação da prontidão das forças e projetar o futuro do Exército relativamente às missões de apoio civil.

2 - Coronel Reis³⁶

A questão da falta de EPI, viaturas e ferramentas manuais foi debatida, assim como as boas práticas identificadas resultantes da participação nos incêndios de 2017, no sentido de compreender o nível de risco a que foram submetidos os militares e quais as conclusões retiradas do apoio prestado.

3 - Major Alves³⁷

Debateu-se a questão da nomeação do pessoal no verão e a sua gestão atendendo sobretudo ao facto de coincidir com o período de férias e como o efetivo afetará as missões do Exército de apoio civil, para perceber quais as medidas que estão a ser implementadas.

4 - Major Ferreira³⁸

Foi explicado o impacto das comunicações no TO e o nível de conhecimento que as entidades civis têm atualmente sobre as capacidades do Exército, para perceber quais as melhorias previstas nesta área.

5 - Coronel Reis³⁹

Abordou-se a importância do centro de Operações do RAME e a formação que os militares recebem, com o intuito de compreender o modo de atuação anterior à criação deste centro de operações e qual a evolução que ocorreu ao nível da formação ministrada.

³⁵ Conversa realizada no CFT a 12 de abril.

³⁶ Conversa realizada a 10 de abril no RAME.

³⁷ Conversa realizada no RAME a 10 de abril.

³⁸ Conversa realizada a 11 de abril no EME.

³⁹ Conversa realizada a 15 de abril no EME.

ANEXOS

ANEXO A - ANOS 80 COMO O PONTO DE VIRAGEM

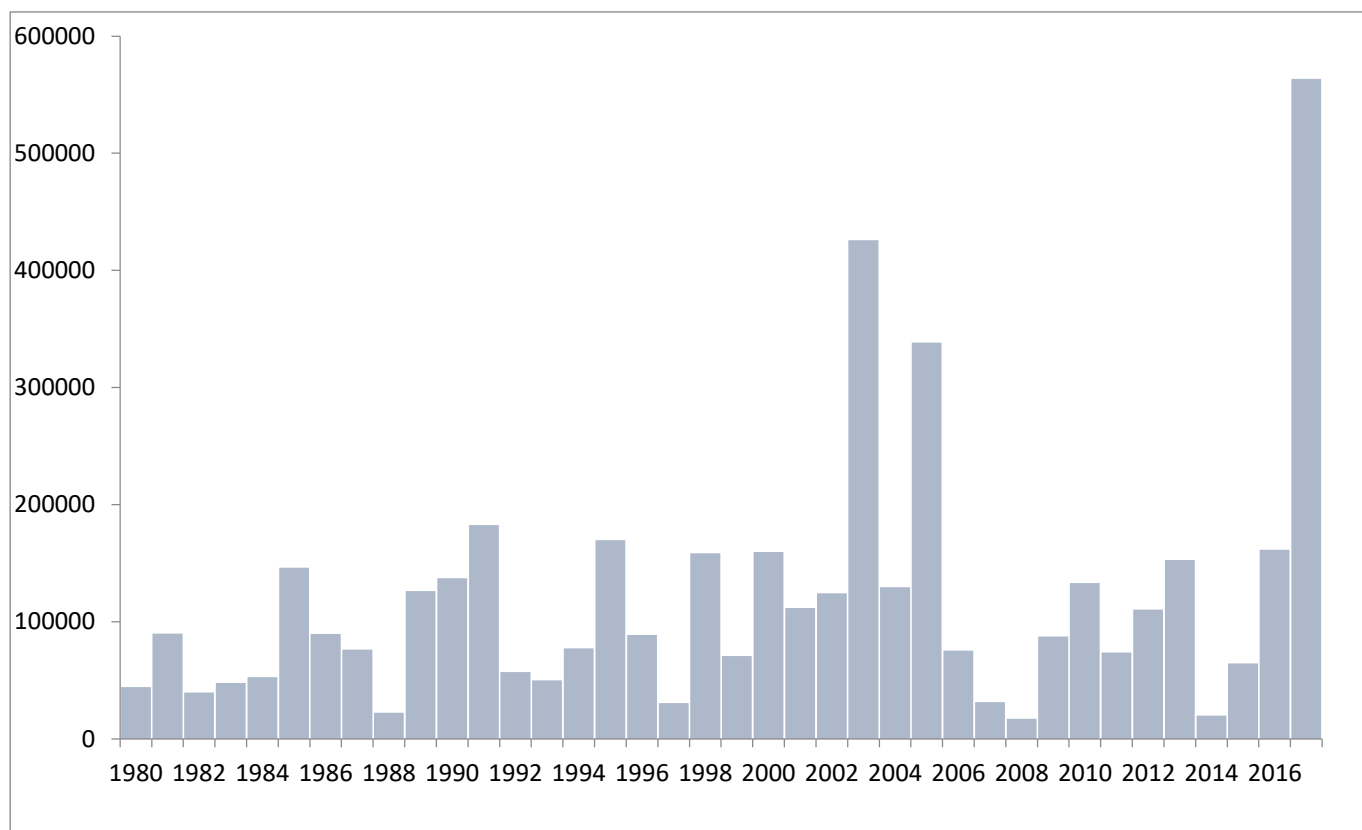


Figura 4 – Ponto de viragem nos anos 80

Fonte: (Rego, 2018)